

RELATÓRIO ANUAL DA AVALIAÇÃO E DA AUDITORIA

2013



Ficha técnica

Título:

Relatório Anual da Avaliação e da Auditoria

Edição:

Gabinete de Avaliação e Auditoria
Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP
Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

Abril 2014

Contacto:

Av. da Liberdade, 192, 6º 1250-147 Lisboa
Tel. (351) 21 317 67 00

Website:

www.instituto-camoes.pt/

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| ACRÓNIMOS | 4 |
| PREFÁCIO | 5 |
| 1. AVALIAÇÃO | 6 |
| 1.1. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO NO CAMÕES, IP | 6 |
| 1.2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO | 8 |
| 1.3. ESFORÇOS PARA MELHORAR A AVALIAÇÃO | 10 |
| 1.3.1. PRODUÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 10 |
| 1.3.2. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO..... | 10 |
| 1.3.3. ACOMPANHAMENTO E SEGUIMENTO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO..... | 11 |
| 1.4. PARTICIPAÇÃO NOS FORA INTERNACIONAIS | 12 |
| 1.5. AVALIAÇÕES CONCLUÍDAS EM 2013 | 13 |
| 2. AUDITORIA INTERNA | 17 |
| 2.1. ATIVIDADES DE AUDITORIA | 17 |
| 3. RECURSOS DISPONÍVEIS | 19 |
| 3.1. RECURSOS FINANCEIROS | 19 |
| 3.2. RECURSOS HUMANOS..... | 20 |
| 4. DESAFIOS PARA O GAA | 20 |
| ANEXOS | 21 |
| ANEXO 1 – FICHA DO CONTRADITÓRIO DA AVALIAÇÃO DO PROJETO ESCOLA + - DINAMIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2009-2013) | 21 |
| ANEXO 2 – FICHA DE SEGUIMENTO DA AVALIAÇÃO DO PIC DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2008-2011) | 30 |
| ANEXO 3 – FICHA DE SEGUIMENTO DA AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PIC DE CABO VERDE (2008-2011) | 48 |

ACRÓNIMOS

| | |
|---------|---|
| ATP | Assistência Técnica Permanente |
| CAD | Comité de Ajuda ao Desenvolvimento |
| CEMRI | Centro das Migrações e das Relações Interculturais |
| CE | Comissão Europeia |
| CPLP | Comunidade dos Países de Linguagem Portuguesa |
| DEReC | DAC Evaluation Resource Centre |
| EES | European Evaluation Society |
| GAA | Gabinete de Avaliação e Auditoria |
| IDEAS | International Development Evaluation Association |
| IMVF | Instituto Marquês Valle Flôr |
| IP | Instituto Público |
| IPAI | Instituto Português de Auditoria Interna |
| ITIG | IDEAS Thematic Interest Group |
| ISP | Instituto Superior Politécnico |
| KE MESE | Centro de Recursos Educativos e Formação |
| LNEC | Laboratório Nacional de Engenharia Civil |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MINT | Ministério do Interior |
| MTR | Mid-Term Review |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| ONGD | Organização Não Governamental de Desenvolvimento |
| PA | Plano de Atividades |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PIC | Programa Indicativo de Cooperação |
| QUAR | Quadro de Avaliação e Responsabilização |
| STP | São Tomé e Príncipe |
| TdR | Termos de Referência |
| UE | União Europeia |

Prefácio

O ano de 2013 ficou marcado, no plano interno, por três factos importantes. Em primeiro lugar, a conclusão (julho de 2013) do processo de fusão dos dois institutos antecessores entrando definitivamente o Camões, IP no seu normal funcionamento. Em segundo lugar, o contexto de contínua contenção orçamental e racionalização de recursos, o qual colocou desafios a todas as unidades orgânicas, incluindo ao GAA. Por último, mas não menos importante, o processo bem-sucedido de certificação pela União Europeia do Camões, IP para gestão centralizada indireta.

Desta realidade decorreram desafios nomeadamente a necessidade de uma maior eficácia e eficiência da ação do Camões, IP nas duas áreas de intervenção. O papel do GAA enquanto unidade orgânica responsável pela avaliação e auditoria é deste ponto de vista fundamental enquanto ferramenta de apoio a uma tomada de decisão mais esclarecida, uma gestão cada vez mais orientada para os resultados e uma otimização dos meios ao seu dispor.

No domínio da avaliação mantêm-se os desafios já anteriormente identificados e colocam-se novos. Por um lado, é necessário alargar o campo da avaliação estendendo-o às áreas da língua e cultura portuguesas o que constitui um desafio metodológico. Por outro, na avaliação da cooperação portuguesa, os compromissos de Busan implicam continuar a apostar na parceria ao nível das estruturas de gestão das avaliações e das equipas de avaliação, com o objetivo de desenvolver a capacidade de avaliação nos países parceiros. A operacionalização do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa e a Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz constituem outros desafios igualmente importantes em matéria de avaliação. Transversal a estes desafios está a utilidade e relevância da avaliação, não só no plano operacional mas, também, ao nível do planeamento e programação no apoio à tomada de decisão baseada em evidências.

Em matéria de auditoria os principais desafios colocam-se tanto ao nível do reforço das competências técnicas do GAA como da capacidade de apoiar as restante UO na implementação de um sistema de controlo interno que permita maximizar os recursos humanos e financeiros, numa ótica de gestão eficiente e eficaz dos recursos.

Procuraremos apoiar o Camões, IP e a cooperação portuguesa no processo de aprendizagem organizacional e na promoção da eficácia da sua atuação, melhorando o trabalho de avaliação e auditoria e reforçando a relevância, transparência e utilidade destas duas ferramentas.

Manuela Afonso
Chefe do GAA

INTRODUÇÃO

O Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA) é a unidade orgânica responsável pelas funções de avaliação e auditoria das atividades prosseguidas pelo Camões, IP, ou pelas quais este Instituto tenha responsabilidade, nomeadamente a avaliação de toda a cooperação portuguesa.

A avaliação e a auditoria interna são funções fundamentais na medida em que através delas e das suas sinergias se pode potenciar a aprendizagem sobre as atividades do Instituto e contribuir para o aumento da sua eficácia, eficiência e impacto. Acresce que contribuem para a melhoria contínua do desempenho organizacional e permitem garantir a responsabilização e prestação de contas pela forma como foram/são geridos os recursos do erário público.

O presente relatório apresenta o trabalho desenvolvido pelo GAA nas áreas da avaliação e auditoria no decorrer de 2013. O seu objetivo é não só sistematizar a informação disponível como, também, sintetizar os resultados, contribuindo para a partilha de conhecimento e a aprendizagem organizacional.

1. AVALIAÇÃO

1.1. O sistema de avaliação no Camões, IP

O Camões, IP é responsável pela identificação, análise, acompanhamento e avaliação dos resultados da execução dos programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento, com vista a melhorar a racionalidade, eficácia e eficiência da ajuda. Entre os atores da cooperação portuguesa inclui-se uma grande variedade de organizações (ministérios setoriais, instituições do poder local, fundações e ONGD, associações profissionais, setor privado, etc.).

No seu esforço para melhorar a eficácia da ajuda, a avaliação desempenha um importante papel quer na prestação de contas/responsabilização perante os parceiros e contribuintes, quer no processo de aprendizagem e incorporação de lições aprendidas. Para assegurar a objetividade e transparência da avaliação, o GAA utiliza uma abordagem tipo em todos os processos de avaliação, tendo por base as metodologias internacionalmente aceites e os cinco critérios do CAD/OCDE (relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade).

A importância da utilização dos resultados da avaliação traduz-se num sistema de seguimento das avaliações o qual afere o nível de implementação das recomendações e lições aprendidas. É objetivo do Camões, IP reforçar este mecanismo de feedback, refletindo os resultados das avaliações nas escolhas estratégicas, nos programas e projetos de cooperação. A realização de avaliações conjuntas

com os países parceiros é também uma forma de reforçar a utilidade das avaliações, para dar apoio ao desenvolvimento da capacidade de avaliação nos países parceiros da cooperação.

Figura 1. Lógica da avaliação

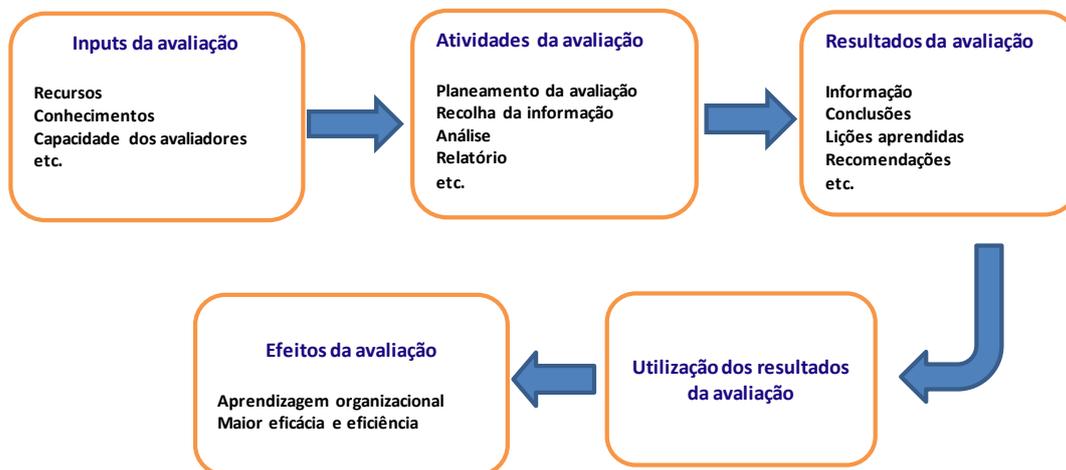


Figura 2. Avaliação no ciclo das intervenções



| Avaliação ex-ante | Avaliação no percurso | Avaliação final | Avaliação ex-post | Seguimento |
|---|--|-----------------|---|--|
| Análise da relevância e resultados esperados, bem como a sua viabilidade. | Análise da relevância, eficácia, eficiência, progresso da intervenção, probabilidade de impacto e sustentabilidade. Análise dos fatores internos e externos que influenciam a intervenção. Formulação de recomendações para melhorar o alcançar de resultados. | | Análise da eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade da intervenção. Formulação de lições e recomendações para o ciclo seguinte. | Os resultados das avaliações refletem-se na melhoria das intervenções em curso e em novas. |

Para além da coordenação, acompanhamento e avaliação da cooperação portuguesa, o Camões, IP é responsável pela rede de ensino português no estrangeiro, pela representação de Portugal na negociação de acordos culturais e respetivos programas de cooperação, coordenando a participação dos departamentos do Estado com atribuições nos domínios da cultura, educação, ensino superior, juventude, desporto e comunicação social.

Sendo o Camões, IP responsável pela cooperação para o desenvolvimento e pela promoção da língua e cultura portuguesas colocam-se novos desafios ao trabalho do GAA nomeadamente o alargamento do objeto e âmbito de análise da avaliação. Embora ainda não tenha sido possível realizar nenhuma

avaliação na área da língua e cultura este é um domínio onde se devem encetar esforços no curto prazo.

1.2. Síntese das atividades de Avaliação

No ano de 2013, realizaram-se, no âmbito da cooperação portuguesa, as seguintes atividades de avaliação:

- **Avaliação do projeto Escola+ - Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe (2009-2013):** a elaboração dos TdR começou em Setembro de 2012, tendo-se iniciado o trabalho de gabinete em fevereiro de 2013. A avaliação ficou concluída no mês de dezembro. Foi avaliado todo o período de implementação do projeto: os 4 anos letivos compreendidos entre 2009/10 e 2012/13.
- **Avaliação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (Cooperação Delegada):** a elaboração dos TdR começou em novembro de 2012 e o trabalho de gabinete iniciou-se em janeiro de 2013. Tratou-se de uma avaliação a meio-percurso, concluída em dezembro de 2013.
- **Avaliação temática: A cooperação Portuguesa com os Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP (2002-2012):** apesar de os TdR terem sido elaborados ainda em 2011, só em novembro de 2013 foi possível iniciar esta avaliação com a realização da primeira reunião do respetivo grupo de acompanhamento.
- **Avaliação da intervenção das ONGD na Guiné-Bissau:** foram elaborados os TdR mas a avaliação não avançou devido quer a constrangimentos orçamentais quer à situação política naquele país.
- **Avaliação da Cooperação delegada com Timor-Leste:** foi iniciado o trabalho de elaboração dos TdR. Na sequência desse trabalho concluiu-se que a responsabilidade pela realização da avaliação seria da UE, razão pela qual não se avançou neste exercício.
- **Mid-Term Review do CAD à Cooperação Portuguesa:** foi desenvolvido o trabalho de a Matriz de Seguimento das Recomendações deste *Mid-Term Review*.
- **Peer-Reviews do CAD:** foram enviados contributos para a Missão de Portugal junto da OCDE relativos aos exames do CAD que tiveram lugar em 2013 - Austrália, França, Suécia, Noruega e Suíça.
- **3ª fase do Peer Review da OCDE a Portugal relativo à implementação da Convenção da OCDE sobre Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais:** foram enviadas a respostas às questões da OCDE relativas à Cooperação Portuguesa, tendo o GAA coparticipado na reunião com a equipa de avaliação da OCDE e enviado comentários ao projeto de relatório.
- **Bolsa de Avaliadores:** durante todo o ano procedeu-se à atualização da bolsa de avaliadores.

- **Projeto Saber+ em Angola:** o GAA participou numa missão de Acompanhamento deste projeto com o objetivo de apoiar a construção da matriz de indicadores para o acompanhamento da nova fase do projeto 2014-2017.

Quadro 1. Atividades de avaliação realizadas em 2013

| Atividade | Conclusão |
|--|-----------|
| Avaliação do Projeto Escola + - Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe (2009-2013) | Setembro |
| Avaliação do projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (Cooperação Delegada) | Dezembro |
| Avaliação da cooperação portuguesa com os Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP (2002-2012) | - |
| Avaliação das ONGD na Guiné-Bissau | - |
| Avaliação da cooperação delegada com Timor-Leste | - |
| Mid-Term Review do CAD à cooperação portuguesa | - |
| Peer Reviews do CAD à Austrália, França, Suécia, Noruega e Suíça | Dezembro |
| Peer Review sobre a Convenção da OCDE sobre Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais | Dezembro |
| Atualização da Bolsa de Avaliadores | Dezembro |
| Participação na missão de acompanhamento do Projeto Saber+ | Novembro |

De acordo com o Plano de Avaliação 2013-2015, em 2013 previa-se a realização de três avaliações externas, três avaliações internas e a preparação de três avaliações externas a realizar em 2014. Face à revisão do orçamento inicialmente previsto (ver ponto 3.1), a implementação do Plano foi consequentemente afetada tendo-se a sua taxa de execução situado nos 55% (quadro 2).

Quadro 2. Taxa de Execução do Plano de Avaliação em 2013

| Avaliações Previstas | Realizadas | Em curso/ parcialmente realizadas | Não Realizadas |
|---|------------|---|-------------------|
| Projeto Escola + em São Tomé e Príncipe (2009-2013) | X | | |
| Laboratórios de Engenharia Civil (LNEC) nos PALOP | | X | |
| Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT - Moçambique (Cooperação delegada com a UE) | X | | |
| Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) | | | X |
| Programa de Justiça e Programa de Comunicação Social (no quadro do Programa de Apoio à Governança Democrática em TL através de cooperação delegada) | | X | |
| Intervenção das ONGD na Guiné-Bissau (10 anos) | | X | |
| Apoio ao Ensino Superior em Timor-Leste (Elaboração TdR) | | | X |
| Apoio à Comunicação Social em Timor-Leste (Elaboração TDR) | | | X |
| Meta-avaliação: qualidade e uso das avaliações realizadas (Elaboração TDR) | | | X |
| Total | 2 | 3 | 4 |
| | 22% | 33% | 44% |

1.3. Esforços para melhorar a avaliação

O GAA tem feito esforços para melhorar a avaliação, incluindo o fortalecimento da qualidade e utilidade da avaliação. Como parte integrante desses esforços, em 2013 foram produzidos e/ou revistos documentos técnicos, realizadas ações de discussão/divulgação dos resultados nas diferentes fases do processo de avaliação e promovido a divulgação e o seguimento das recomendações e lições aprendidas das avaliações.

1.3.1. Produção de documentação técnica

Em 2013, foram produzidos e/ou revistos sete documentos técnicos que visam orientar e regular a prática da avaliação:

- *Código de Ética da Avaliação;*
- *Normas para evitar Conflitos de Interesse na Avaliação;*
- *Diretrizes para a Divulgação e Utilização das Avaliações;*
- *Normas de Gestão das Avaliações;*
- *Estrutura dos Relatórios Finais;*
- *Estrutura de Termos de Referência;*
- *Critérios para a Apreciação da Qualidade dos Relatórios.*

Foram produzidos dois documentos de trabalho: nº1/13: *Avaliação de Impacto*; nº2/13: *Da eficácia da ajuda à eficácia do desenvolvimento. Contributos para uma leitura*, ambos disponíveis no site do Camões, IP.

Foi, ainda, iniciada (i) a revisão do Glossário da Cooperação, (ii) a elaboração de um documento de trabalho sobre a Gestão Centrada nos Resultados e (iii) a elaboração de uma Política de Avaliação.

De referir, ainda, o documento *Critérios de Seleção das Equipas de Avaliação Externa* que visa avaliar a qualidade técnica das propostas submetidas para a realização das avaliações, cuja conclusão se prevê venha a ter lugar apenas em 2014.

1.3.2. Comunicação e Divulgação

Seguindo as **Diretrizes para a Divulgação e Assimilação de Ensinamentos da Avaliação**¹, realizaram-se quatro reuniões de apresentação dos resultados das avaliações em curso (quadro 3). Os relatórios finais destas avaliações foram enviados por correio eletrónico para os detentores de interesse

¹ http://c1.camo.es.cloudapp.pt/images/cooperacao/docs_basico_aval07.pdf

diretamente envolvidos no processo de avaliação, publicados no portal do Camões, IP e enviados para o DReC/OCDE, reforçando por esta via a transparência e a prestação de contas.

Quadro 3. Reuniões de apresentação de resultados da avaliação

| Reuniões | Data | Localização |
|---|----------|-------------|
| Avaliação do Projeto Escola + - Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe (2009-2013) | Maior | São Tomé |
| | Setembro | Lisboa |
| Avaliação do projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (2010-2014) | Julho | Maputo |
| | Novembro | Lisboa |

1.3.3. Acompanhamento e Seguimento dos Resultados da Avaliação

Quanto ao acompanhamento e seguimento dos resultados, e de acordo com as **Diretrizes para a Divulgação e Utilização das Avaliações²**, o GAA procedeu ao envio da ficha de contraditório relativa à Avaliação ao Projeto Escola + (quadro 4 e anexo 1) e das fichas de Seguimento relativas à Avaliação ao PIC Portugal – São Tomé e Príncipe 2008-2011 e à Avaliação Conjunta do PIC Portugal – Cabo Verde 2008 – 2011 (quadro 5 e anexos 2 e 3). Quanto à avaliação ao projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT o envio da respetiva Ficha de Contraditório só se concretizou em janeiro de 2014.

Quadro 4. Ficha do Contraditório

| Ficha do Contraditório | Envio |
|-------------------------------|---------|
| Avaliação ao Projeto Escola + | Outubro |

Quanto às fichas de seguimento, foram enviadas as que constam no quadro 5.

Quadro 5. Fichas de Seguimento

| Ficha de Seguimento | Envio |
|--|-----------|
| Avaliação ao PIC Portugal – São Tomé e Príncipe (2008-2011) | Fevereiro |
| Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação com Cabo Verde (2008-2011) | Abril |

A análise do nível de aceitação das recomendações e da sua efetiva implementação é realizada tendo por base as fichas do contraditório e de seguimento, permitindo dessa forma conhecer a relevância e utilidade dos resultados das avaliações.

² http://c1.camo.es.cloudapp.pt/images/cooperacao/docs_basico_aval07.pdf

A análise incidiu apenas sobre as recomendações destinadas à cooperação portuguesa, dado que as fichas enviadas aos parceiros locais não foram devolvidas, situação recorrente desde que este mecanismo foi adotado. Esta situação merece uma reflexão profunda, designadamente no que respeita a eventuais formas alternativas de comunicar com os parceiros, de os levar a envolver-se e participar de forma mais ativa não só nas avaliações mas também no seguimento das recomendações, promovendo a apropriação dos resultados das avaliações.

Acresce que apenas foram tidas em consideração as recomendações que obtiveram resposta por parte dos seus destinatários. Assim, quanto ao nível de aceitação das recomendações constatou-se que 63% foram aceites (quadro 6).

Quadro 6. Nível de Aceitação das Recomendações

| Avaliação | Aceites | | Parcialmente Aceites | | Não Aceites | | Total | |
|---|------------|-------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|
| | Quantidade | Porcentagem | Quantidade | Porcentagem | Quantidade | Porcentagem | Quantidade | Porcentagem |
| Avaliação ao Projeto Escola + (2009-2013) | 15 | 63% | 6 | 25% | 3 | 13% | 24 | 100% |
| Total | 15 | 63% | 6 | 25% | 3 | 13% | 24 | 100% |

No que diz respeito ao nível de implementação das recomendações relativas às avaliações cuja ficha de seguimento foi enviada em 2013, verificou-se que 43% das recomendações que tinham sido aceites foram implementadas, enquanto 22% não o foram e 46% foram-no parcialmente (quadro 7).

Quadro 7. Nível de Implementação das Recomendações

| Avaliação | Implementadas | | Parcialmente Implementadas | | Não Implementadas | | Total |
|--|---------------|--------------|----------------------------|-------------|-------------------|-------------|-----------|
| | Quantidade | Porcentagem | Quantidade | Porcentagem | Quantidade | Porcentagem | |
| Avaliação ao PIC Portugal – São Tomé e Príncipe (2008-2011) | 7 | 37% | 11 | 58% | 1 | 5% | 19 |
| Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação com Cabo Verde (2008-2011) | 9 | 50% | 6 | 33% | 3 | 17% | 18 |
| Total | 16 | 43,2% | 17 | 46% | 4 | 11% | 37 |

1.4. Participação nos Fora Internacionais

Os principais *fora* internacionais relacionados com a avaliação da ajuda ao desenvolvimento de que o Camões, IP faz parte são a Rede de Avaliação do CAD e o Grupo dos Chefes dos Serviços de Avaliação da UE. Além disso, é membro da *European Evaluation Society* (EES) e da *International Development Evaluation Association* (IDEAS), o que possibilita o acesso a informação relevante no domínio da avaliação, a aprendizagem e partilha de conhecimentos e estar a par das principais tendências internacionais em matéria de avaliação do desenvolvimento.

Em 2013, o GAA fez-se representar nas reuniões da Rede de Avaliação do CAD pela Missão Permanente de Portugal junto da OCDE, tendo enviado os contributos necessários para o efeito, exceção feita ao seminário realizado por aquela Rede sobre Gestão Centrada nos Resultados (outubro), no qual o GAA se fez representar por um técnico. Tal como já acima mencionado foram igualmente enviados contributos para os *Peer Reviews* do CAD/OCDE aos seus membros (ponto 1.2).

No âmbito da IDEAS, o GAA continuou a participar no *IDEAS Thematic Interest Group* (ITIG) sobre Utilização das Avaliações tendo enviado contributos quer para o documento que sistematiza a bibliografia disponível sobre o tema, quer para o estudo comparativo sobre os sistemas de acompanhamento das avaliações e sua utilização.

1.5. Avaliações Concluídas em 2013

AVALIAÇÃO DO PROJETO ESCOLA + - DINAMIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(2009-2013)

Realizada por: Universidade Aberta – Centro das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI)

O Projeto “Escola+ - Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em S. Tomé e Príncipe” está a ser implementado pelo Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF), em parceria com o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua e com o Ministério da Educação e Cultura de S. Tomé e Príncipe (STP). Iniciado em 2009/2010 e com conclusão prevista para o ano letivo de 2012/2013, o projeto tem como objetivo específico fomentar o ensino da língua portuguesa através do reforço do ensino secundário em STP, apostando-se numa lógica de formação e capacitação dos professores santomenses. O seu montante global é de 4.7 milhões de €.

Objetivo

A presente avaliação tem como objetivo: identificar os resultados da intervenção do projeto “Escola +” em S. Tomé e Príncipe, facultar recomendações que permitam melhorar futuras intervenções no sector da educação e contribuir para a aprendizagem e aumento/produção de conhecimento sobre este sector da cooperação.

Conclusões

Os objetivos e compromissos de organizações internacionais estão reflectidos na conceção do Projeto. No entanto, constrangimentos de ordem interna e externa não possibilitaram que o Projeto viesse a marcar uma mudança na abordagem da Cooperação Portuguesa no apoio ao setor da educação. O Projeto foi ao encontro das prioridades definidas pelos dois países, mas dificuldades de diversa ordem não permitiram dar total satisfação a todas elas como a melhoria dos resultados através de uma maior coordenação e complementaridade e da canalização da ajuda através de mecanismos bilaterais, multilaterais ou, se possível, bi-multilaterais, por exemplo na melhoria das condições do parque escolar e reabilitação das escolas.

Foram identificados um conjunto de aspectos que contribuíram positivamente para a relevância do Projeto que vão desde a sua grande abrangência, passando pela promoção do ensino da língua portuguesa, pela reabilitação das instalações do Liceu Nacional e algumas melhorias nas instalações de outras escolas, pelo

fortalecimento do ensino profissionalizante/promotor de empregabilidade e a articulação entre este e o ensino secundário académico, a formação bem-sucedida dos professores do ensino secundário, entre outros. Quanto à eficácia do Projeto de mencionar a actualização dos currículos, programas bem concebidos, ainda que alguns não estejam suficientemente adaptados à realidade de STP. Notou-se, por outro lado, a necessidade de uma melhor articulação com o ensino básico. Foram produzidos textos de apoio para todas as disciplinas e criada legislação variada no quadro da revisão curricular. Verifica-se, contudo, um elevado rácio professor-aluno. Identificados também alguns constrangimentos que impediram a elaboração de um documento circunstanciado de caracterização do ensino secundário de STP, o qual teria contribuído para uma eficácia do Projeto. No entanto, foi elaborado e divulgado um Plano Operacional de Intervenção, validado pelo MEC, que constituiu o documento orientador do desenvolvimento do Projeto. A existência de constrangimentos orçamentais impediu, por exemplo, que o ensino de cariz profissionalizante se disseminasse.

Os recursos humanos foram considerados suficientes e de qualidade, pese embora tenham existido áreas de intervenção que exigiriam recursos com formação mais especializada. Algumas das opções tomadas em relação à utilização dos recursos financeiros são discutíveis, nomeadamente pela concentração de verbas na reabilitação do Liceu Nacional em detrimento de outras escolas. Por outro lado, não foram considerados alguns aspectos na previsão de custos como o crescimento demográfico com impacto no número de alunos a frequentarem o ensino secundário e conseqüente acréscimo das necessidades em recursos humanos e materiais. Por falta de recursos financeiros os manuais previstos inicialmente foram substituídos por textos de apoio.

A coordenação e a complementaridade foram afectadas pela existência de factores endógenos e exógenos de diversa ordem relacionados como o atraso da aprovação do Projeto, a definição das responsabilidades dos diversos intervenientes, a existência de poucos doadores e as mudanças no governo santomense.

Em termos de efeitos e impacto verificou-se uma melhoria global das condições de funcionamento do ensino secundário. Foi criado um Centro de Recursos Educativos e Formação (KE MESE), fomentou-se o ensino da língua portuguesa no sistema de ensino santomense, houve um aumento da empregabilidade dos jovens através de uma formação mais orientada para a vida ativa profissional, entre outros. Existem condições para haver um impacto importante no país, pese embora o mesmo dependa da continuidade do Projeto e da sua apropriação pelas estruturas oficiais do país. Ao nível da sustentabilidade o Projeto não conseguiu garanti-la inteiramente sendo aconselhável uma 2ª fase do Projeto.

Recomendações da avaliação

Foram identificadas as seguintes recomendações:

- À Cooperação Portuguesa: o financiamento de uma segunda Fase do Projeto, definindo com rigor os domínios a financiar por Portugal e por outros doadores (articulando, assim, as ações de Cooperação Portuguesa com outros doadores). Manter o nível de apoio à dinamização do ensino secundário no país, dando prioridade à consolidação da revisão curricular e ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores. Prosseguir no apoio à melhoria das condições de habitabilidade e preservação das instalações e equipamentos do KE MESE e actualização do seu acervo documental, prosseguir no apoio institucional ao ISP de STP no

complemento da formação de docentes bacharéis do ensino secundário, reforçar o processo de gestão descentralizada e autonomia das escolas e prosseguir no apoio à expansão do ensino profissionalizante. Reforço da liderança do camões, IP enquanto organismo coordenador da Cooperação portuguesa, incluir a gestão do risco na conceção de uma eventual 2ª fase do Projeto e adaptação das intervenções às especificidades do país são outras das recomendações.

- Às Autoridades Santomenses: promover um maior envolvimento e articulação diferentes agentes de cooperação na programação e implementação dos projetos, a igualdade de género na gestão e administração das escolas e a implementação da nova Estratégia Nacional de Redução da pobreza e, a partir desta, os doadores internacionais definirem as suas estratégias de cooperação. Especificamente ao Ministério da Educação de STP (MEC), recomenda-se um maior envolvimento na aprovação, publicação e regulamentação da legislação necessária ao setor, a promoção de uma colaboração institucional das suas estruturas e dos seus técnicos, promover a expansão do ensino profissionalizante e a aprovação da legislação adequada, conceder autonomia financeira adequada à realidade das escolas, estimular o interesse dos alunos e das famílias na preservação, conservação e manutenção das escolas secundárias e aproveitar os novos centros de formação profissional para estabelecer plataformas de formação avançada destinadas a alunos das escolas secundárias.

- À Cooperação Portuguesa e às Autoridades Santomenses: promover uma harmonização e articulação entre os diversos sectores, ter em consideração as decisões da VII Reunião de Ministros da educação da CPLP quanto à importância do desenvolvimento de competências técnicas e profissionais pela via do ensino técnico-profissional, continuar a promover o reforço e o melhoramento do parque escolar, elaborar um Plano Operacional de Intervenção para os próximos 4 anos, promover, no prazo de 2 anos, uma avaliação do novo currículo e dos textos de apoio e promover uma melhor articulação entre uma eventual 2ª fase do Projeto e as estruturas do MEC do país.

AValiação A MEIO-PERCURSO AO PROJETO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO INTERIOR DE MOÇAMBIQUE (2010-2014)

Realizada por: Gabinete de Avaliação e Auditoria do Camões, IP

O Projeto tem como objetivo geral a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos nos domínios da prevenção e combate à criminalidade, identificação dos cidadãos, salvação pública e migração. Constitui a primeira experiência de cooperação delegada para Portugal, assim como para os restantes detentores de interesse, com um montante financeiro de 8 milhões de € para o período 2010-2013.

Objetivo

A avaliação visou apreciar o modelo e a forma de implementação do projeto; apreciar o grau de cumprimento dos objetivos iniciais e confirmar se os resultados esperados estão ou não a ser alcançados; apreciar a relevância e perspectivas de sustentabilidade dos resultados do Projeto; identificar eventuais ajustamentos do Projeto, tendo em atenção os resultados esperados e os efeitos pretendidos na sociedade moçambicana; identificar constrangimentos, propor formas de os superar e fazer recomendações.

Conclusões

O Projeto teve na base da sua conceção o EDIMINT, assim como a presença de outros doadores no setor, mas considera-se ainda haver espaço para melhorar a coordenação e complementaridade. Estruturado numa Matriz de Enquadramento Lógico, o Projeto apresenta resultados de *output*, carecendo de definição de *baselines*, metas e indicadores que permitam um acompanhamento e uma avaliação centrados nos resultados (*outcomes*). No que respeita à programação, a mesma revelou-se demasiado ambiciosa, obrigando à recalendarização e/ou eliminação de ações, ao alargamento do período de vigência de cada Plano de Atividades e finalmente à prorrogação da data de conclusão. O modelo de conceção e implementação constitui valor acrescentado ao setor, reflexo da natureza e forma de relacionamento entre Portugal e Moçambique.

O modelo de gestão do Projeto segue o modelo adotado pela UE, revelando-se contudo demasiado rígido e burocrático, com um processo de tomada de decisão muito hierarquizado, facto que provocou atrasos na tomada de decisões. Por outro lado a coordenação geral do projeto foi prejudicada por alguns constrangimentos, incluindo o excessivo número de atores, agravado por uma indefinição de competências claras de cada um deles no Manual de Procedimentos. A Assistência Técnica Permanente funcionou quase como uma Unidade de Implementação do Projeto dado não se ter instalado desde o início do Projeto no MINT e por só tardiamente ter incluído um técnico moçambicano. No entanto, conclui-se que o projeto foi gerido de forma criteriosa, visando a utilização eficiente dos recursos. Os momentos de paragem e de “picos” de implementação refletiram-se na baixa taxa de execução financeira global, colocando problemas ao nível da eficácia e da eficiência.

Quanto à implementação do Projeto, o mesmo apresentou oscilações resultantes de diversos constrangimentos da parte Portuguesa, de Moçambique e da UE, sendo que em setembro de 2013 a taxa de execução técnica das ações situava-se nos 70%, a maior parte das quais relativas ao Resultado 1. As ações implementadas correspondem globalmente às necessidades das instituições a que se destinam, pese embora a necessidade de algum ajustamento quanto à duração, conteúdo e modelo de funcionamento. Na generalidade há apropriação ao nível da implementação apesar de ter começado por ser muito limitada, sendo maior ao nível dos objetivos e carecendo de progressos ao nível dos resultados do projeto.

Existe grande probabilidade de o objetivo do Projeto ser alcançado tendo em consideração o volume de ações já realizadas, a diversidade de áreas e serviços abrangidos, mas a ausência de metas e indicadores de *outcome* não permitem avaliar com rigor se os objetivos específicos estão a ser atingidos. Se ações programadas forem executadas, há forte probabilidade da eficácia do Projeto poder ser elevada.

É prematuro identificar eventuais efeitos e impactos do projeto quer pelo mesmo se encontrar em implementação quer pela natureza das ações em causa, ainda que possam ser identificados alguns indícios de mudança.

A sustentabilidade do Projeto só será conseguida se a “segurança interna” se mantiver como prioridade política e orçamental que permita ao MINT manter e/ou continuar a implementar e a replicar os resultados do Projeto.

Tratando-se da primeira experiência de Portugal em implementar projetos de cooperação através de uma gestão centralizada indirecta (cooperação delegada), o Projeto constitui um claro valor acrescentado quer no quadro da UE, quer da Cooperação Portuguesa.

Recomendações

Foram identificadas sete recomendações, a saber:

- Garantir que todas as ações previstas no 2º PA sejam implementadas nos prazos previstos.
- Manter a Equipa da ATP estável até à conclusão do Projeto.
- Manter Pontos Focais e os responsáveis por Resultado, reforçando por essa via a apropriação do Projeto.
- Garantir que as assessorias a implementar se desenvolvam em estreita parceria com os serviços a que se destinam e que sejam adequados à realidade moçambicana.
- Garantir a sustentabilidade do Projeto através da apropriação dos resultados a todos os níveis, assegurando que os Recursos Humanos exercem funções nos serviços em que foram capacitados e aplicam os conhecimentos adquiridos.
- Reforçar a apropriação, debatendo, aprovando e implementando os documentos produzidos no âmbito das assessorias para os vários serviços do MINT.
- Repensar o modelo de gestão no Camões, IP no sentido de responder de modo mais eficaz aos desafios da cooperação delegada.

2. AUDITORIA INTERNA

2.1. Atividades de Auditoria

Em 2013, o GAA procedeu à revisão de um conjunto de documentos importantes na área da auditoria:

- *Linhas de Orientação para a Auditoria Interna;*
- *Linhas de Orientação para a Gestão do Risco;*
- *Manual de Auditoria Interna;*
- *Glossário da Auditoria;*
- *Código de Ética da Auditoria Interna.*

Elaborou os seguintes documentos:

- **Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas 2013-2014:** a metodologia seguida na elaboração deste Plano teve por base a identificação das atividades que, dentro de cada unidade orgânica, podem ser suscetíveis de corrupção e infrações conexas, apresentando as respetivas medidas a adotar;
- **Relatório de monitorização da implementação do Plano de Gestão do Risco 2013-2015 (1º semestre):** o Plano prevê que anualmente seja feito o acompanhamento da sua

implementação pelo GAA. A título excecional, por solicitação dos serviços, procedeu-se ao acompanhamento da implementação das medidas previstas para o primeiro semestre de 2013, através do preenchimento de uma matriz por cada uma das unidades orgânicas do Camões, IP;

- **Relatório de monitorização da implementação do Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas 2013-2014 (1º semestre):** o acompanhamento e a avaliação da implementação deste Plano cabem ao GAA que procedeu à monitorização das medidas previstas para serem implementadas durante o primeiro semestre de 2013, tendo por base o preenchimento de uma matriz por cada unidade orgânica do Camões, IP;
- **Plano de Auditoria 2013:** a elaboração do Plano teve por base a análise do risco do Camões, IP, as auditorias externas realizadas aos institutos antecessores (IPAD e IC), as atividades de cooperação em curso e os respetivos requisitos em matéria de auditoria externa;
- **Questionários de Satisfação dos utilizadores externos e colaboradores:** o GAA procedeu à elaboração dos questionários de satisfação dos utilizadores externos e dos colaboradores do Camões, IP bem como ao tratamento dos dados. Elaborou os respetivos relatórios de análise das respostas dadas.

Outras atividades desenvolvidas pelo GAA:

- **Participação no Grupo de Trabalho de acompanhamento do QUAR do Camões, IP:** o GAA integrou aquele grupo que visou discutir a avaliação do QUAR 2012 e elaboração do QUAR 2013.
- **Coordenação da resposta do Camões, IP às recomendações emanadas das auditorias financeiras e inspeções ordinárias a diferentes Embaixadas Portuguesas:** o GAA coordenou as respostas às medidas e decisões a implementar pelo Camões, IP na sequência das recomendações emanadas das auditorias financeiras às Embaixadas de Portugal no Luxemburgo e em Banguécoque, e às inspeções ordinárias às Embaixadas Portuguesas na Praia, Berna e Belgrado;
- **Preparação e acompanhamento da auditoria externa da Comissão Europeia:** o GAA realizou o trabalho preparatório para a auditoria da UE, bem como procedeu ao seu acompanhamento. Esta auditoria visou a certificação do Camões, IP para a gestão centralizada indirecta de recursos financeiros da CE;
- **Colaboração na preparação e acompanhamento da auditoria do Tribunal de Contas:** o GAA participou na reunião inicial com o Tribunal de Contas e recolheu e reencaminhou documentação solicitada pelos auditores;

- **Realização da auditoria interna ao Sistema de Controlo Interno:** iniciada em novembro de 2012, esta auditoria foi concluída em maio de 2013.
- **Realização da auditoria interna à situação contributiva para a Segurança Social dos Agentes de Cooperação:** iniciada em abril, foi concluída em dezembro de 2013.

O conjunto de atividades de auditoria realizadas pelo GAA está refletido no quadro 8.

Quadro 8. Atividades de Auditoria realizadas em 2013

| Atividade | Início | Conclusão |
|--|---------|-----------|
| Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas 2013-2014 | Jan. 13 | Mar. 13 |
| Relatório de monitorização da implementação do Plano de Gestão do Risco 2013-2015 | Ago. 13 | Ago. 13 |
| Relatório de monitorização da implementação do Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas 2013-2014 (1º semestre) | Ago. 13 | Set. 13 |
| Plano de Auditoria 2013 | Jan.13 | Jan.13 |
| Relatório do Questionário de Satisfação Interna 2012 | Jan.13 | Fev. 13 |
| Relatório do Questionário de Satisfação Externa 2012 | Jan. 13 | Fev. 13 |
| Manual de Procedimentos | Jan.13 | Dez. 13 |
| Participação no Grupo de Trabalho de acompanhamento do QUAR do Camões, IP | Jul. 13 | Nov. 13 |
| Inspeção Ordinária à Embaixada de Portugal na Praia | Set. 13 | Nov. 13 |
| Inspeção Ordinária à Embaixada de Portugal em Berna | Set. 13 | Nov. 13 |
| Inspeção Ordinária à Embaixada de Portugal em Belgrado | Nov. 13 | - |
| Inspeção Financeira à Embaixada de Portugal no Luxemburgo | Set. 13 | Nov. 13 |
| Inspeção Financeira à Embaixada de Portugal em Banguécoque | Set. 13 | Out. 13 |
| Preparação e acompanhamento da auditoria da CE | Ago. 13 | Dez. 13 |
| Acompanhamento da auditoria do Tribunal de Contas | Out. 13 | - |
| Auditoria Interna ao Sistema de Controlo Interno | Nov. 12 | Mai. 13 |
| Auditoria à situação contributiva para a Segurança Social dos Agentes de Cooperação | Abr. 13 | Dez. 13 |

3. RECURSOS DISPONÍVEIS

3.1. Recursos financeiros

Em 2013, o orçamento inicial do GAA era de 151 mil € e incluía o pagamento da quota anual para o IPAI, IDEAS e EES, as avaliações externas da cooperação do LNEC com os LABPALOP e das ONGD na Guiné-Bissau, a avaliação interna do Projeto do MINT (Moçambique), do Projeto de Comunicação Social e Programa da Justiça (Timor-Leste) – todos eles de cooperação delegada. O orçamento inicial do GAA, no montante acima referido, foi revisto para 40.144 €. A execução do orçamento foi de 39.657 €, o que representa uma taxa de execução de 99 %.

3.2. Recursos humanos

A equipa do GAA é constituída por um chefe de divisão e quatro técnicos superiores. Durante 2013 quatro elementos desta equipa frequentarem um Curso Intensivo em Auditoria Interna, dadas as necessidades de formação nesta área.

4. DESAFIOS PARA O GAA

Do trabalho desenvolvido durante 2013 ressaltam os seguintes **aspetos positivos**:

- Realização de avaliações internas e externas, que possibilitaram o aprofundamento do conhecimento metodológico e permitiram a partilha de experiências com avaliadores e peritos locais;
- Aprofundamento das ferramentas de avaliação, reflexo da experiência entretanto adquirida e da partilha de conhecimentos no quadro da Rede de Avaliação do CAD;
- Crescente atenção atribuída aos resultados das avaliações, visível no nível de implementação das recomendações.
- Aprofundamento das ferramentas de auditoria interna.
- Reforço da gestão do risco, com forte envolvimento de todas as UO.

Os **principais constrangimentos** sentidos foram:

- Disponibilidade orçamental, colocando em causa a realização de algumas das atividades programadas;
- Grande fluidez na programação da avaliação que facilmente leva ao deslizar/cancelar de avaliações;
- Lacunas ao nível da capacidade técnica em auditoria interna.

Apesar dos progressos registados, continuam a constituir desafios o alargamento da avaliação à área da língua e cultura. A operacionalização do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa e a Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz constituem outros desafios igualmente importantes em matéria de avaliação. Transversal a estes desafios está a utilidade e relevância da avaliação, não só ao nível operacional mas, também, ao nível das decisões políticas, nomeadamente ao nível da programação.

Em matéria de auditoria os desafios colocam-se tanto ao nível do aprofundamento da capacitação técnica como da capacidade de o GAA apoiar as restante UO na implementação de um sistema de controlo interno que permita maximizar os recursos humanos e financeiros, aumentando a eficácia e eficiência do seu funcionamento.

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha do Contraditório da Avaliação do Projeto Escola + - Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe (2009-2013)

Outubro de 2013

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ³ | ACEITE OU REJEITADA ⁴ | EXPLICAÇÃO ⁵ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|---|
| À COOPERAÇÃO PORTUGUESA | | | |
| 1. Prosseguir a dinamização do ES e deste modo contribuir para fortalecer e consolidar a língua portuguesa como instrumento de cooperação, mediante o financiamento de uma segunda fase do Projeto. | DSC/DAB | Aceite | O CICL reconhece a importância da continuidade deste projeto e acordou com o IMVF um novo ciclo (em curso). Por força dos constrangimentos orçamentais o novo projeto não terá a abrangência desejada centrando-se sobretudo na capacitação dos professores. |
| | IMVF / GAP + | Aceite | |
| 2. Definir com rigor os domínios a financiar por Portugal e aqueles que deverão ser financiados por outros doadores, dada a grande abrangência do Projeto Escola+. | DSC/DAB | Rejeitada | Compete às autoridades são-tomenses angariar financiamento para os domínios que a CP não financia. |
| | MVF / GAP + | Rejeitada | Alguns domínios estão interligados, dependendo uns dos outros. Algumas mudanças pedagógicas só são viáveis com adaptações nas infraestruturas. |
| 3. Manter o nível de apoio à dinamização do ensino secundário de S. Tomé e Príncipe, dando prioridade à consolidação da revisão curricular e ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores. | DSC/DAB | Aceite | Estas vertentes estão contempladas no novo projeto já em curso. |
| | MVF / GAP + | Aceite | Com a validação da <i>Carta de Política Educativa para São Tomé e Príncipe</i> (que define novas metas para o ensino secundário, quer ao nível do acesso, quer ao nível da garantia de qualidade), a equipa de coordenação do <i>Escola +</i> avançou com a elaboração de um <i>Plano Operacional para o Ensino Secundário</i> que procurou identificar um conjunto de propostas que pudessem materializar os objetivos |

³ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

⁴ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

⁵ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ³ | ACEITE OU REJEITADA ⁴ | EXPLICAÇÃO ⁵ |
|--|----------------------------------|----------------------------------|---|
| | | | <p>consignados na referida Carta. Este Plano foi oportunamente partilhado com o Ministério da tutela são-tomense e com o Camões-ICL. Com base no mesmo, o IMVF avançou com uma proposta de continuidade do projeto <i>Escola +</i> no âmbito da qual identificou as prioridades de intervenção para a efetiva consolidação e apropriação da reforma do ensino secundário.</p> <p>Contudo, por indisponibilidade financeira da cooperação portuguesa, a referida proposta teve que ser revista, tendo sido necessariamente retirada - nesta segunda fase - a abertura de novas licenciaturas (enquadrada no eixo de reforço de competência dos professores), bem como o reforço do Parque Escolar. De referir que, mesmo o apoio previsto para a capacitação do Ministério teve que ser redimensionado e remetido para o segundo ano de projeto por indisponibilidade financeira no primeiro (2013-2014).</p> <p>Contudo, importa reforçar que, a responsabilidade da consolidação e efetiva apropriação da Reforma do Ensino Secundário ultrapassa em larga medida o <i>Escola +</i> a Cooperação Portuguesa, sendo da responsabilidade direta do Ministério da tutela são-tomense garantir o seu reforço, recorrendo a meios e recursos próprios e a financiadores / parceiros complementares.</p> |
| <p>4. Equacionar, neste âmbito, a possibilidade de selecionar, por concurso, uma instituição de ensino superior portuguesa, que enquadre e apoie a intervenção dos professores cooperantes no sistema educativo santomense.</p> | DSC/DAB | Rejeitada | Financiamento insuficiente. |
| | MVF / GAP + | Aceite | Aceite apenas no que ultrapassa a prática letiva, por exemplo na formação e capacitação dos professores santomenses. |
| <p>5. Assegurar a atualização científica e pedagógica, através de formação creditada, dos professores cooperantes portugueses.</p> | DSC/DAB | Rejeitada | É o IMVF que contrata os AC. Futuramente poder-se-á associar a DSLC à seleção dos docentes, designadamente, de língua portuguesa. |
| | MVF / GAP + | Aceite | Proporcionar e não assegurar a atualização científica e pedagógico Os professores cooperantes portugueses contratados são profissionais atualizados e devem ter o mesmo tratamento dos professores contratados que lecionam em Portugal. |
| <p>6. Proporcionar uma formação de base linguística para os professores, por</p> | DSC/DAB | Aceite | |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ³ | ACEITE OU REJEITADA ⁴ | EXPLICAÇÃO ⁵ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|---|
| se entender que o estudo e o trabalho com e sobre a língua na aprendizagem dos conteúdos curriculares é de grande utilidade para o desenvolvimento linguístico dos professores e um contributo fundamental para o sucesso escolar dos alunos. | IMVF | Aceite | Nesse sentido, o IMVF manteve na segunda fase do projeto Escola +, o apoio à formação contínua dos professores são-tomenses, no âmbito da qual se inclui o reforço das competências pedagógicas, o reforço da Língua Portuguesa e atualizações científicas em todas as áreas disciplinares. |
| 7. Prosseguir no apoio de melhoria das condições de habitabilidade e preservação das instalações e equipamentos do KE MESE e atualização do seu acervo documental. | DSC/DAB | Rejeitada | Atendendo à diminuição do financiamento CICL, o Ministério da Educação de STP/Liceu Nacional deverá assumir esta responsabilidade. |
| | IMVF | Aceite | O IMVF, em estreita colaboração com os vários professores cooperantes, continuará a procurar apoios complementares no apetrechamento da KE MESE e de outras bibliotecas escolares, à semelhança do que foi feito durante os 4 anos de projeto. |
| 8. Prosseguir no apoio institucional ao ISP de STP no que se refere ao completamento de formação de docentes bacharéis do ES nas áreas carenciadas deste subsistema. | DSC/DAB | Aceite | Continua a colaboração com os bacharelados do ISP no Príncipe |
| | IMVF / GAP + | Aceite | |
| 9. Reforçar o processo de gestão descentralizada e a autonomia das escolas, promovendo a formação dos membros das direções sem formação específica e a formação de pessoal administrativo em domínios prioritários, nomeadamente legislação, informática, contabilidade e do pessoal auxiliar, para que este último possa colaborar efetivamente no apoio aos alunos e na manutenção das escolas. | DSC/DAB | Aceite | É uma das vertentes da segunda fase do projeto já em curso. |
| | IMVF | Aceite | Nesse sentido, o IMVF incluiu na proposta para a segunda fase do projeto, o reforço das capacidades de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação, procurando assim garantir uma crescente autonomia na gestão e apropriação das reformas introduzidas. |
| 10. Prosseguir no apoio à expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP. | DSC/DAB | Rejeitada | Não há financiamento |
| | IMVF / GAP + | Aceite | O ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) é a grande novidade da intervenção do Escola+. Retirar-lhe o apoio significa voltar “quase tudo” ao início. |
| 11. Reforçar a liderança do CICL, enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa, promovendo a necessária articulação entre as instituições portuguesas que desenvolvem atividades em outros níveis de ensino, a formação de quadros técnicos do MEC, etc. | DSC/DAB | Aceite | Aceite sem prejuízo do papel fundamental que STP também tem neste preciso. |
| | IMVF / GAP + | Aceite | |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ³ | ACEITE OU REJEITADA ⁴ | EXPLICAÇÃO ⁵ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|--|
| 12. Colaborar com as autoridades santomenses na articulação das ações da cooperação portuguesa com as de outros doadores no setor da educação e outros, fomentando sinergias que concorram para resultados mais eficientes a favor do setor educativo do país. | DSC/DAB | Aceite | |
| | IMVF / GAP + | Aceite | |
| 13. Incluir a Gestão de Risco, na conceção de uma eventual 2ª. Fase do Projeto Escola+ e nas intervenções do Projeto, como forma de aumentar a qualidade da ajuda. | DSC/DAB | Aceite | |
| | IMVF / GAP + | Aceite | <p>A elaboração do referido Plano Operacional do Ensino Secundário tem como base uma análise dos principais desafios, constrangimentos e riscos do Sistema de Ensino Secundário. O IMVF concorda com a importância da inclusão de sistemas de gestão de risco em qualquer fase de implementação do projeto mas reconhece que a gestão e mitigação dos riscos setoriais - numa abordagem macro do setor da educação - ultrapassa a responsabilidade do Escola+ ou da Cooperação Portuguesa, sendo a sua resolução/mitigação da responsabilidade do Ministério da tutela são-tomense.</p> <p>Por outro lado, o Escola+/Cooperação Portuguesa, deverá assumir a gestão e mitigação de quaisquer riscos que decorram da implementação direta do projeto, estando, naturalmente, a sua capacidade de mitigação condicionada pela disponibilidade orçamental do projeto.</p> |
| 14. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em STP, nomeadamente nos objetivos que dizem especificamente respeito à educação. | DSC/DAB | Aceite | |
| | IMVF / GAP + | Aceite | |
| 15. Ter sempre em atenção, no setor da educação, a necessidade de adaptar as intervenções às especificidades do país, incluindo a situação linguística. | DSC/DAB | Aceite | |
| | IMVF / GAP + | Aceite | e à situação socioeconómica, não ignorando formação profissional com reflexo no futuro dos jovens e do País. |
| 16. Garantir aos professores cooperantes formação creditada, durante a missão em STP, que lhes permita usufruir das regalias que o Estatuto da Carreira Docente português confere aos professores portugueses. | DSC/DAB | Rejeitada | O projeto na sua versão atual/em curso não tem prevista formação para os professores portugueses AC |
| | IMVF / GAP + | Rejeitada | O Estatuto da Carreira Docente português não confere regalias aos professores contratados através de formação creditada. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL | ACEITE OU REJEITADA | EXPLICAÇÃO |
|---|-------------------------|---------------------|------------|
| ÀS AUTORIDADES SANTOMENSES | | | |
| 17. Promover um maior envolvimento e articulação dos diferentes agentes da Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade dos projetos. | Autoridades Santomenses | | |
| 18. Pôr em prática a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação, nomeadamente do setor da educação e igualdade do género. | Autoridades Santomenses | | |
| 19. Promover a igualdade de género no que diz respeito à gestão e administração das escolas. | Autoridades Santomenses | | |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL | ACEITE OU REJEITADA | EXPLICAÇÃO |
|---|---------------------|---------------------|------------|
| AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE STP | | | |
| 20. Definir um quadro legislativo para os CSPQ criados e alguns já alterados pelo Liceu Nacional, no âmbito das competências que lhe foram conferidas e publicar os respetivos planos curriculares para os regimes diurnos e noturnos. | Min Educação STP | | |
| 21. Alargar e adequar esse quadro ao modo de criação e gestão dos CSPQ em outras escolas secundárias. | Min Educação STP | | |
| 22. Fomentar a valorização dos ativos da sociedade em regime pós-laboral valorizando os meios, os recursos humanos e promovendo um possível acréscimo para o desenvolvimento. | Min Educação STP | | |
| 23. Ter um maior envolvimento na aprovação, publicação e regulamentação atempada da legislação necessária ao setor, condição <i>sine qua non</i> para a eficácia dos projetos. Neste âmbito reforça-se a importância que deve ser dada ao Estatuto da Carreira Docente, à Formação Contínua dos Professores, ao Estatuto | Min Educação STP | | |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL | ACEITE OU REJEITADA | EXPLICAÇÃO |
|---|---------------------|---------------------|------------|
| da Inspeção do Ensino Secundário e ao Regime de Organização e Funcionamentos dos Serviços Administrativos das Escolas. | | | |
| 24. Promover a colaboração institucional das estruturas e técnicos do MEC, em particular o setor de metodologia, na articulação com o ensino básico e nas atividades que se referem à dinâmica de implementação da reforma educativa e de apoio às escolas e aos professores. | Min Educação STP | | |
| 25. Promover uma maior articulação entre todos os níveis de ensino, de modo a potenciar a intervenção dos diferentes doadores. | Min Educação STP | | |
| 26. Analisar e redimensionar a rede escolar, de forma dinâmica, em função das realidades e necessidades atuais e futuras, tendo em conta as perspetivas demográficas e do desenvolvimento regional. | Min Educação STP | | |
| 27. Criar condições para que o rácio professor/aluno atinja um valor máximo de 40 alunos por turma. | Min Educação STP | | |
| 28. Promover a expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante), disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP. | Min Educação STP | | |
| 29. Proporcionar materiais pedagógico-didáticos de qualidade adequados às condições das escolas e à realidade de STP, o que poderá constituir a melhor das soluções para promover um bom ensino. | Min Educação STP | | |
| 30. Promover a atualização progressiva dos programas e textos de apoio, tirando partido de dados decorrentes da sua utilização ao longo do Projeto. | Min Educação STP | | |
| 31. Conceder autonomia financeira adequada à realidade das escolas, por forma a poderem rapidamente suprir necessidades urgentes relativas ao funcionamento dos equipamentos e à aquisição de consumíveis. | Min Educação STP | | |
| 32. Envidar esforços no sentido de recrutar pessoal auxiliar para o apoio à escola, que cumulativamente possua competências para a manutenção corrente das instalações. | Min Educação STP | | |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL | ACEITE OU REJEITADA | EXPLICAÇÃO |
|--|----------------------------|----------------------------|-------------------|
| 33. Estimular o interesse dos alunos e das famílias na preservação, conservação e até na manutenção das escolas secundárias. | Min Educação STP | | |
| 34. Aproveitar os novos centros de formação profissional, sem prejuízo da sua função primordial, para estabelecer plataformas de formação avançada destinadas a alunos das escolas secundárias. | Min Educação STP | | |
| 35. Estimular a intervenção do ISP de STP a aumentar e diversificar a oferta de Cursos de Complemento de Formação que confirmam o grau académico de licenciatura e respondam às necessidades do ES. | Min Educação STP | | |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL | ACEITE OU REJEITADA | EXPLICAÇÃO |
|---|----------------------------|----------------------------|---|
| À COOPERAÇÃO PORTUGUESA E ÀS AUTORIDADES SANTOMENSES | | | |
| 36. Promover a harmonização e articulação entre diversos setores, nomeadamente nos da saúde, da educação e do trabalho. | IMVF / GAP + | Aceite | |
| | Autoridades Santomenses | | |
| 37. Ter em consideração as Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em que se reafirma a importância do desenvolvimento das competências técnicas e profissionais, por via do Ensino Técnico Profissional | DSC/DAB | Rejeitada | Reconhece-se a importância do ensino técnico profissional mas o CICL não dispõe de financiamento que permita dar continuidade a esta vertente no projeto ESCOLA+ |
| | IMVF / GAP + | Aceite | |
| | Autoridades Santomenses | | |
| 38. Continuar a promover o reforço e melhoramento do parque escolar: construindo novas escolas, fornecendo-lhes água e melhorando as instalações sanitárias de todas as escolas, assim como as áreas de estudo e de convívio e os acessos e transportes para as mesmas. Para tal, a Cooperação Portuguesa deverá colaborar com o MEC, no sentido de se encontrar financiamento de várias | DSC/DAB | Rejeitada | A vertente de infraestruturas não está contemplada na nova fase do ESCOLA+ quer por insuficiência de financiamento quer porque se centrou no reforço de competências dos professores e na assistência técnica ao Ministério da Educação de STP. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL | ACEITE OU REJEITADA | EXPLICAÇÃO |
|--|-------------------------|---------------------|---|
| origens. | IMVF | | A equipa de coordenação do projeto <i>Escola +</i> assegurou já um levantamento das principais necessidades de reabilitação e equipamento das escolas secundárias que poderá apoiar na definição de prioridades de investimento e procura de financiamentos complementares. |
| | Autoridades Santomenses | | |
| 39. Elaborar um documento pormenorizado de caracterização do ES de STP que considere, atualizando, alguns dos dados fornecidos pela avaliação do Projeto Escola + e outros complementares e identificadores da realidade do país. | DSC/DAB | Rejeitada | Trata-se de uma obrigação das autoridades de STP. No entanto, foi preparado no âmbito da 1ª fase do ESCOLA+ o Plano Operacional para o Ensino Secundário onde estão identificadas um conjunto de propostas para materialização dos objetivos consignados na Carta de Política Educativa |
| | IMVF / GAP + | Aceite | |
| | Autoridades Santomenses | | |
| 40. Elaborar um Plano Operacional de Intervenção para os próximos 4 anos para assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e sustentabilidade das inovações introduzidas no ES. | IMVF / GAP + | Aceite | |
| | Autoridades Santomenses | | |
| 41. Promover, no prazo de 2 anos, uma avaliação do novo currículo e dos textos de apoio mediante um inquérito feito a gestores, professores dos vários níveis de ensino, alunos, encarregados de educação e empregadores. | IMVF | Aceite | A segunda Fase do Projeto <i>Escola+</i> prevê um momento de avaliação externa final que poderá, caso o CICL concorde, ser repartido em momentos de avaliação intermédios, ao longo dos quatro anos da ação, dando assim pistas para melhor orientação das atividades a meio percurso. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL | ACEITE OU REJEITADA | EXPLICAÇÃO |
|--|-------------------------|---------------------|--|
| | Autoridades Santomenses | | |
| <p>42. Promover uma melhor articulação entre uma eventual 2ª fase do Projeto e as estruturas do MEC, de forma que, no final dos próximos 4 anos, tenha sido conseguida uma apropriação de todo o trabalho realizado pelas autoridades santomenses que deverão assegurar a sua continuidade.</p> | DSC/DAB | Aceite | A 2ª fase do projeto contempla uma vertente de reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação e das Escolas |
| | IMVF | Aceite | Neste sentido, o IMVF propôs para a segunda fase do Projeto, o reforço das capacidades de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação, procurando assim garantir uma crescente apropriação e sustentabilidade das reformas introduzidas. |
| | Autoridades Santomenses | | |
| <p>43. Realizar a divulgação da eventual 2ª fase do Escola + nos media e realizar reuniões nas escolas em que estejam presentes representantes das autoridades locais, a direção e administração das escolas, professores, alunos, encarregados de educação e empregadores locais.</p> | IMVF | Aceite | |
| | Autoridades Santomenses | | |

Anexo 2 – Ficha de Seguimento da Avaliação do PIC de São Tomé e Príncipe (2008-2011)

Fevereiro de 2013

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|---|---|
| À Cooperação Portuguesa | | | | |
| 1. Manter o nível de apoio a S. Tomé e Príncipe, reforçando a previsibilidade da ajuda ao nível sectorial, tendo em atenção a necessidade de respeitar os valores inicialmente previstos, o que implica repensar o conceito de extra-PIC. | Camões, IP (DSP) | Aceite parcialmente | Face aos cortes orçamentais já efetuados, não será possível manter os níveis de apoio de 2011, havendo no entanto um esforço para que os projetos mais importantes tenham continuidade compatível com as necessidades do país. O IPAD/futuro Camões I.P. considera fundamental neste processo, a coordenação da ajuda por parte de STP, através da sua Unidade de Coordenação da Ajuda, processo que começou há pouco tempo a dar os primeiros passos. | Os projetos mais importantes, Escola + e Saúde para Todos, mantiveram o apoio. Em agosto de 2012, foram enviadas as fichas de projeto de acordo com modelo da UCA de modo a apoiar o início da UCA. No entanto, por motivos internos santomenses o processo ainda não avançou. |
| 2. Continuar o esforço de concentração da ajuda nos dois eixos (Desenvolvimento Sustentável e Boa Governação) e, dentro de cada um deles, na Saúde e Educação e na Defesa, Segurança Interna, Justiça e Finanças Públicas, respetivamente, | Camões, IP (DPC) | Aceite | O novo PIC, dentro do novo modelo, terá igualmente, a preocupação de concentração da ajuda nos eixos prioritários, que aliás vem já do PIC avaliado, incidindo sobretudo na Saúde, Educação, Finanças, Defesa e Segurança Interna, sempre que possível | Esta proposta de concentração setorial está refletida no novo PIC, cujo texto foi aceite pelas autoridades santomenses em maio de 2012. No entanto, o PIC ainda não foi assinado face à existência de um Governo de transição desde novembro de 2012. |

⁶ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação.

⁷ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

⁸ No caso de aceitação dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

⁹ Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|---|---|
| com abordagens integradas. | | | procurando abordagens integradas. | |
| 3. Reforçar a liderança do IPAD , enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento. | Camões, IP (DPC) | Aceite parcialmente | Esta recomendação deve ser feita ao IPAD/futuro Camões I.P., enquanto instituição. É necessário que o IPAD reforce a sua capacidade de coordenação junto dos outros atores portugueses. Para tal é necessário consolidar os canais de comunicação e a troca de informação. O reforço da liderança do IPAD carece de vontade e força política por parte do MNE/IPAD enquanto órgão coordenador da cooperação, numa primeira linha. | <p>Na atual legislatura, teve lugar em julho de 2013 uma sessão do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento, um mecanismo privilegiado de diálogo com os parceiros da sociedade civil e do sector privado.</p> <p>No primeiro trimestre de 2013, foi circulada uma Carta de MENE sensibilizando os Ministérios sectoriais para a importância de solicitar parecer prévio ao Camões, I.P. para a prossecução de projetos e ações de Cooperação para o Desenvolvimento.</p> <p>São promovidas reuniões de coordenação com os principais organismos públicos presentes em STP.</p> |
| 4. Melhorar a gestão centrada nos resultados (<i>outcomes</i>), com definição de indicadores e <i>baseline</i> nas intervenções. | Camões, IP (DPC) | Aceite | É necessário melhorar a gestão centrada nos resultados, mas como novo modelo de PIC, esta preocupação só poderá ser exequível ao nível dos projetos. Para se ter uma gestão centrada nos resultados têm que existir baselines. Esta informação deve ser fornecida pelo país parceiro, pela Embaixada ou pelo executor das intervenções. A definição dos indicadores e resultados deveria resultar de um trabalho conjunto (DSP, CGI, GAAI, STP e executores). É necessário formação neste domínio | Com vista a promover uma gestão centralizada nos resultados, está a ser elaborada uma Matriz de Indicadores que deverá fazer parte do PIC e onde constarão, por projeto, pontos de partida, indicadores e metas. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|--|----------------------------------|----------------------------------|---|---|
| | Camões, IP (DAB) | Rejeitada | <p>quer para os funcionários do IPAD, quer para os outros executores, bem como um trabalho conjunto e contínuo com o GAAI para melhorar a gestão centrada nos resultados, através da definição de indicadores e de outcomes.</p> <p>Embora isso fosse o ideal, a gestão com base nos resultados implicaria uma mudança de fundo na forma de trabalhar do IPAD, no seu todo. Todavia, a CGI fará esforços no sentido de aproximar, ao nível dos projetos, o mais possível de uma abordagem “com base nos resultados”</p> | <p>A dificuldade em identificar dados de partida/caracterização do setor antes da intervenção não tem permitido esta abordagem. Contudo é uma área a trabalhar. Assim, relativamente ao projeto ESCOLA+ introduzir-se-á esta mudança na segunda fase uma vez que foi possível, ao longo do período de implementação, recolher um conjunto de dados que caracterizam o sistema de ensino secundário.</p> |
| 5. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em S. Tomé e Príncipe. | Camões, IP (DPC) | Aceite | <p>Assim que tivermos uma gestão centrada nos resultados será mais fácil saber qual é o contributo da Cooperação portuguesa para os ODM. Será reforçada o trabalho no sentido de procurar uma maior correspondência entre os objetivos das intervenções e os resultados e em que medida estes contribuem para os ODM. Este acompanhamento deverá feito com CGI, DSP, Adido da Cooperação e as autoridades são-tomenses, designadamente a Direção de Cooperação Bilateral.</p> | <p>Esta recomendação só será implementada após a criação da Matriz de Indicadores.</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|---|---|
| | Camões, IP (DAB) | Aceite | O acompanhamento dos projetos deverá passar a ter em consideração o impacto da cooperação portuguesa nos ODM. | A inexistência de dados não permite “medir” este impacto. Contudo é uma área a trabalhar. |
| 6. Melhorar o acompanhamento global do PIC tentando encontrar indicadores de efeitos adequados à monitorização do programa. | Camões, IP (DPC) | Aceite | Deverá ser reforçada e trabalhada a informação sobre os Indicadores e Metas de modo a que monitorização dos projetos possa ser mais fácil de realizar e que tenha maior objetividade. No entanto, o novo modelo de PIC, que está a ser desenhado sob orientação da Tutela poderá não facilitar este objetivo. | Recomendação só poderá ser implementada após a criação da Matriz de Indicadores e após a criação da comissão de acompanhamento do PIC, a qual só será criada após a assinatura do PIC. Ao nível dos PPA é uma área a trabalhar. |
| | Camões, IP (DAB) | Aceite | Articular os objetivos, resultados, indicadores dos projetos com os objetivos, resultados e indicadores do PIC. | Ainda não foi assinado novo PIC com STP. |
| 7. Fomentar, na área da Saúde , a apropriação das intervenções; reforçar a autonomia de gestão na Ilha do Príncipe e consolidar o “Saúde para Todos – Especialidades”, no sentido da sua maior sustentabilidade. | IMVF | - | - | - |
| 8. Rever, no setor da educação, a vertente de implementação na Região Autónoma do Príncipe do projeto “ Escola + ”, dadas as disfuncionalidades existentes. | IMVF | | Propomos a alteração da palavra “disfuncionalidades” por “especificidades”. Não são apresentadas as “disfuncionalidades” detetadas pelo que nos é difícil argumentar contra esta frase. Alertar para a necessidade de ter | Desde 2001 que é feito acompanhamento regular aos professores são-tomenses colocados na Região Autónoma do Príncipe. Este acompanhamento foi iniciado no ano em que se iniciou a implementação da revisão curricular e teve como objetivo |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|---|--|
| | | | <p>uma abordagem que responda às especificidades da Ilha do Príncipe parece-nos mais adequado e neste ano letivo a estratégia do Projeto já se alterou, precisamente para dar resposta a este facto. Quanto a resultados do projeto no Príncipe, as estatísticas demonstram um efeito muito positivo com a implementação da revisão curricular, à imagem das restantes escolas secundárias.</p> | <p>assegurar a sua correta implementação. O acompanhamento mantém-se até hoje, e é realizado através de missões dinamizadas pelos professores cooperantes colocados em S. Tomé no âmbito do projeto. A regularidade destas missões permite garantir a cobertura em todas as disciplinas e cursos de educação profissional.</p> <p>No ano letivo 2011/ 2012 o ensino secundário na Região Autónoma do Príncipe foi reforçado com a colocação do professor cooperante Paulo Rodrigues. No ano seguinte, a colocação da professora cooperante Joana Latas viria a contribuir mais ainda para o reforço do acompanhamento.</p> <p>Estes esforços têm procurado responder às necessidades específicas ao nível do ensino secundário na Região Autónoma do Príncipe, caracterizado por uma situação de dupla insularidade.</p> |
| <p>9. Promover a articulação entre as intervenções “Escola +” e formação profissional de “Budo-Budo”, na vertente profissionalizante.</p> | IMVF | Aceite | <p>Esta articulação já está a ser feita e pensamos também que é necessário aprofundar esta ligação.</p> | <p>Têm vindo a ser mantidos contactos regulares informais com o Centro de Formação Profissional do Budo-Budo.</p> |
| | IEFP | - | - | - |
| <p>10. Incluir a Gestão de Risco, quer na conceção do novo PIC, (com ênfase</p> | Camões, IP (DAB) | Aceite | <p>Ainda que com diferente terminologia, a gestão do risco sempre foi um aspeto</p> | <p>Risco introduzido nos documentos de apresentação e de análise.</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|---|--|
| <p>para a análise, planeamento de cenários e uso de instrumentos de ajuda especializados), quer nas intervenções, como forma de aumentar a qualidade da ajuda. As intervenções deverão integrar a análise do risco nos seus documentos de projeto e deve ser feita uma gestão desse risco, explicitando-a nos relatórios de acompanhamento.</p> | | | <p>objeto de análise em contexto de aprovação de projetos de cooperação bilateral. Pode-se dizer que a questão da gestão do risco já está incluída nos pontos D. “fatores externos” e E. “viabilidade e sustentabilidade”, que estão previstos nos formulários de apresentação de projetos ao IPAD.</p> | |
| | Camões, IP (DPC) | Aceite | <p>A conceção do PIC, de acordo com o novo modelo já tem em consideração alguns aspetos genéricos ligados à Gestão do Risco e os mesmos serão tidos em consideração no acompanhamento do mesmo.</p> | <p>O modelo de PIC apresentado às autoridades santomenses já tem alguns aspetos relacionados com a gestão do risco. A recomendação só será implementada após assinatura do PIC.</p> |
| <p>11. Fortalecer a articulação com outros doadores, nomeadamente nos sectores da educação e da saúde.</p> | Camões, IP (DPC) | Aceite | <p>O IPAD/futuro Camões I.P. irá reforçar o diálogo com a antena da CP no terreno com vista a uma maior articulação entre os doadores, procurando identificar sinergias sobretudo nas áreas da educação e da saúde</p> | <p>Já existe um reforço do diálogo com a estrutura da Cooperação Portuguesa em STP. Elaboração conjunta de documento e acompanhamento das ações dos outros doadores.</p> <p>Reforçada a articulação com outros doadores.</p> |
| | Camões, IP (DAB) | Aceite | <p>Concorda-se com a recomendação, mas afigura-se que a sua concretização só pode ser promovida a partir do terreno, ou seja, implica outro tipo de trabalho ao nível dos Serviços de Cooperação das Embaixadas.</p> | <p>A tem vindo a ser promovida a identificação de parcerias com outros doadores a partir do terreno potenciando visitas ao país de possíveis parceiros bilaterais e multilaterais.</p> |
| | Embaixada de Portugal em S. Tomé | Aceite | <p>A Embaixada continuará disponível para contribuir para o fortalecimento da</p> | <p>Temos procurado concretizar este objetivo, mas não o conseguimos a</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---------------|----------------------------------|----------------------------------|--|--|
| | | | <p>articulação com outros doadores nomeadamente nos sectores da saúde e da educação.</p> | <p>100%. Antes de mais devido a algumas particularidades de STP.</p> <p>A primeira, prende-se com a circunstância de o segundo parceiro de cooperação, logo a seguir a Portugal, ser Taiwan, país que não é reconhecido por nós como Estado e com o qual não poderão, assim, desenvolver-se relações institucionais.</p> <p>A segunda consiste no facto de existirem muito poucas Embaixadas em STP, o que naturalmente dificulta os contactos regulares com os representantes desses Estados. A este respeito poderia ser útil que o CICL, através das nossas missões nessas capitais, procurasse obter informação sobre os respetivos programas de cooperação. Um cruzamento mais eficaz das matérias de relevo e da informação entre o MNE e o CICL seria igualmente benéfico.</p> <p>Vimos adotando uma filosofia de transversalidade na cooperação, aproveitando mais-valias e criando sinergias com os demais parceiros doadores. Mas outras entidades têm também de ser envolvidas. Relembro o caso de uma reunião de Ministros de Ambiente, financiada pelo Japão no</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---------------|----------------------------------|----------------------------------|---------------------------|---|
| | | | | <p>quadro do PNUD, que deveria ter tido lugar em STP. Não chegámos a saber se algumas diligências foram ou não feitas com vista a transferir a verba de financiamento para o corrente ano.</p> <p>Destaco a importância de os assuntos terem sempre follow-up e de tal follow-up ser dado conhecimento à Embaixada, sem exceções.</p> <p>Outro exemplo, no quadro do projeto Saúde para Todos - a Embaixada envia regularmente elementos sobre o trabalho de investigação científica aqui desenvolvido pelas equipas médicas portuguesas. Temos também transmitido a informação diretamente à delegação da OMS aqui, mas a nossa Missão em Genebra deveria igualmente poder promover contactos com a sede, passando a informação atempadamente. Poderíamos assim conseguir apoios financeiros da Organização. Idem para as demais Organizações e para outros temas.</p> <p>Para melhorar a implementação desta recomendação, conto instruir o Adido de Cooperação no sentido de passar a contactar mensalmente os demais doadores (nomeadamente em Libreville) e enviar à Secretaria de Estado um</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|--|----------------------------------|----------------------------------|--|---|
| | | | | relatório regular sobre o tema. |
| 12. Ter em atenção, nos programas de formação , as especificidades do país e ser mais consentâneos com o contexto de fragilidade de S. Tomé e Príncipe. | IPAD (CGI) | Aceite | Embora isso já seja uma preocupação na definição das formações a implementar, podem ser trabalhados sistemas de avaliação prévia de conteúdos vs. necessidades. | DAB: PPA têm que apresentar viabilidade e adequação ao contexto, incluindo na formação. |
| | MAI/DGAI | Aceite | Os programas DGAI/MAI estão vocacionados para darem resposta a essas fragilidades existentes, mas podem sempre ser melhorados. Para tal, o OL/MAI envia informação atualizada e atempada que é canalizada para os assessores/formadores responsáveis pela implementação das ações. | A informação relativa a cada atividade tem vindo a ser feita em sentido duplo: FSS portuguesas informam sobre os conteúdos, materiais necessários e as capacidades mínimas de participação dos formandos; o OL informa das expectativas e objetivos a alcançar pretendidos, limitações logísticas e caracterização dos formandos. Resulta uma ação com mais eficácia e eficiência, poupança de tempo (mais tempo de formação), melhoria dos resultados, melhor interação pessoal entre formador e formandos, mais satisfação das entidades destinatárias e maior satisfação profissional do formador. |
| | Ministério das Finanças (GPEAR) | Rejeitada | Os peritos do MF procuram adequar os programas de formação às especificidades do país. As ações de formação são, frequentemente, antecedidas de ações de assistência técnica que permitem conhecer a | Os peritos do MF continuaram a adequar os programas de formação às especificidades do país. As ações de formação foram, frequentemente, antecedidas de ações de assistência técnica o que permitiu conhecer a |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|--|---|
| | | | <p>realidade local.</p> <p>O gestor local do Programa, assim como os pontos focais dos vários serviços do MF, em conjunto com as autoridades santomenses, definem os conteúdos a abordar nas formações e procuram disponibilizar a legislação e informação necessárias à preparação das ações de formação.</p> | <p>realidade local e adaptar os conteúdos às especificidades do país.</p> <p>Os vários intervenientes no processo de preparação das ações (gestor local do Programa e pontos focais dos vários serviços do MF), em conjunto com as autoridades santomenses, definiram os conteúdos a abordar nas formações e procuram disponibilizar legislação e informação necessárias à preparação das mesmas.</p> |
| | IEFP | - | - | - |
| Às Autoridades Santomenses | | | | |
| <p>13. Os Ministérios da Educação e da Saúde de S. Tomé e Príncipe devem ter um maior envolvimento na aprovação e publicação célere da legislação necessária aos sectores, condição necessária para a sustentabilidade dos projetos.</p> | Autoridades santomenses | - | - | - |
| <p>14. As autoridades santomenses devem promover um maior envolvimento e articulação com a Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade dos projetos.</p> | DGAI/FSS/MAI | Aceite | <p>Por via da articulação realizada pelo OL/MAI junto das autoridades santomenses, os programas de cooperação anual são, na sua totalidade, uma resposta às necessidades apresentadas pelo Ministério do Interior de STP, respondendo também, por vezes, as solicitações dos Gabinetes do PM e PR,</p> | <p>Cumprir dizer que o envolvimento das autoridades tem vindo a ser mais incisivo. Após a recolha das prioridades da parte das autoridades santomenses, a DGAI elabora e fundamenta o PAC. No entanto, antes de o remeter ao Camões a proposta final, de preferência já com a calendarização, é submetida ao parecer do ministro da tutela da segurança</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|--|----------------------------------|----------------------------------|--|---|
| | | | nomeadamente nas áreas da segurança de dirigentes do Estado. | <p>interna e proteção civil santomense.</p> <p>Contudo, deve ficar claro que a expectativa sobre o envolvimento das autoridades santomenses deve ser visto com muito cuidado. As limitações logísticas, de experiência, capacidade organizativa e na definição de novas áreas de formação ou assessoria são enormes. Por isso mesmo, como exemplo, a enorme dificuldade que há em realizar ações de formação pedagógica e técnica para formadores. A prudência é um fator a ter em conta.</p> |
| | Autoridades santomenses | - | - | - |
| 15. As autoridades santomenses devem operacionalizar a Unidade de Coordenação da Ajuda pondo em prática o processo de coordenação e complementaridade desse apoio, dada a importância do apoio externo no quadro do orçamento nacional. | DGAI/FSS/MAI | Aceite | Não obstante, sendo a cooperação técnico-policial portuguesa financiada na totalidade pelo Estado português, tem de se analisar o formato da complementaridade santomense. | <p>A cooperação técnico-policial requer pessoal em dedicação exclusiva para acompanhar, coordenar, supervisionar e executar. É necessária formação e, para tal, é essencial que as autoridades máximas da tutela reconheçam a importância da existência e funcionalidade de tal estrutura.</p> <p>Pela sua especificidade, coloca-se a questão de realizar uma ação de formação/assessoria nesta área, independente do PCTP, e assegurada por quadros técnicos especializados do Camões, ICL.</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|--|----------------------------------|----------------------------------|--|--|
| | Autoridades santomenses | - | - | - |
| 16. As autoridades santomenses devem, no mais curto prazo possível, atualizar ou elaborar uma nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação. | DGAI/FSS/MAI | Aceite | No caso da cooperação técnico-policial não é tão premente. | <p>As necessidades básicas de formação, organização e atuação ainda são a prioridade. A satisfação (insuficiente) das necessidades em fardamento e equipamentos na segurança pública e proteção civil são constantes e praticamente são asseguradas apenas por Portugal.</p> <p>Aqui haveria, eventualmente, a realizar uma análise da situação, de forma a PT poder depois sensibilizar as autoridades para a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP)</p> |
| 17. As autoridades santomenses devem continuar a envidar esforços, por exemplo, através de abordagens Bi/Multi ou outras, no sentido de encontrarem financiamentos para a reabilitação e construção de escolas secundárias. | Autoridades santomenses | - | - | - |
| À Cooperação Portuguesa e às Autoridades Santomenses | | | | |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|--|---|
| 18. Promover a harmonização , nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, dada a importância de Portugal enquanto principal doador | Camões, IP (DPC, DAB) | Rejeitada | <p>O IPAD pode fazer pouco, a não ser evitar aprovar apoios que se saibam ser redundantes.</p> <p>Este trabalho só pode ser mais efetivo se partir do terreno e se houver outra capacidade de liderança por parte das autoridades santomenses.</p> | O CICL não tem concedido apoios que se revelem coincidentes; tem sido promovida a articulação entre as várias ações no terreno. |
| | Embaixada de Portugal em S. Tomé | Aceite | A Embaixada continuará disponível para contribuir para o fortalecimento da harmonização, nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, dada a importância de Portugal enquanto principal doador. | <p>Entendo esta recomendação como significando uma ação de coordenação transversal por parte da Embaixada, ação essa que temos vindo a desenvolver e de que damos conta regularmente.</p> <p>A título de exemplo, procurámos ligar, desde logo, o programa da Gulbenkian para a formação de professores do ensino básico com o projeto Escola+, por incluir também uma vertente de formação de professores, mas relativa ao ensino secundário. O objetivo foi sensibilizar os agentes e também o Ministro da Educação para a necessidade de se assegurar a uniformidade dos procedimentos dado que se trata em rigor da formação de professores de um ensino que se pretende uno.</p> <p>Além disso, promovo a realização periódica de reuniões de ONGD</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---------------|----------------------------------|----------------------------------|---------------------------|---|
| | | | | <p>portuguesas que operam em STP, com vista ao incremento da interação, conhecendo-se as mais-valias de cada uma e estudando-se as possibilidades de complementaridade não apenas entre estas organizações, mas também com outros atores como o Instituto Marquês de Valle Flôr. Igualmente têm lugar encontros com os representantes deste Instituto.</p> <p>Realizam-se reuniões periódicas com os professores portugueses do projeto Escola+ e do IDF, e a Direção do projeto Escola+, assim como entre aqueles os professores portugueses de Língua Portuguesa e a Leitora do Camões. Esta Leitora foi por mim incumbida de prestar um maior e mais eficaz apoio ao setor da educação, no que à cooperação portuguesa diz respeito.</p> <p>Chamo a atenção para a premente necessidade de serem harmonizados os procedimentos relativamente à intervenção neste país de autarquias portuguesas que desenvolvem programas de cooperação autónomos, sem que dos mesmos seja dado qualquer conhecimento à Embaixada nem a montante nem a jusante. Tal harmonização e coordenação terão obviamente de ser desenvolvidas a nível</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|--|--|
| | | | | <p>do MNE português. Dou nomeadamente o exemplo da construção de um centro cultural no Príncipe, com financiamento total de uma Câmara municipal portuguesa, que acaba por fazer concorrência ao nosso Centro Cultural e que não tinha qualquer lógica do ponto de vista da cooperação portuguesa e dos interesses nacionais neste país.</p> <p>Não está obviamente em causa a autonomia das autarquias, mas afigura-se imprescindível uma coordenação central, sob pena de a imagem de Portugal poder ficar beliscada. Neste aspeto, julgamos que um papel de coordenação mais interveniente por parte do MNE/CICL poderia ser útil.</p> <p>Para melhorar a implementação desta recomendação conto enviar relatórios regulares com pontos de situação, sobretudo nos setores da educação e saúde.</p> |
| 19. Reforçar a articulação entre as intervenções da Saúde e Educação e os Ministérios da Saúde e Educação de S. Tomé e Príncipe, respetivamente. | Autoridades santomenses | - | - | - |
| | Camões, IP (DAB) | Rejeitada | Isto passa muito pelo trabalho de campo, dos executores e da Embaixada, sendo que a CGI pode fazer pouco para melhorar esta articulação. | O reforço da articulação está em curso tanto a partir das estruturas coordenadoras na sede como no terreno. |
| | Camões, IP (DPC) | Aceite | No decorrer do PIC será reforçada a | O reforço da articulação está em curso |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|--|---|
| | | | troca de informações entre os departamentos do IPAD e o promotor dos projetos com vista a uma maior articulação entre as duas intervenções. | tanto a partir das estruturas coordenadoras na sede como no terreno onde a coordenação com as autoridades santomenses exige especial atenção. Área a reforçar. |
| 20. As autoridades santomenses devem reafirmar a Segurança Alimentar como uma prioridade para S. Tomé e Príncipe. O apoio da Cooperação Portuguesa deverá ser equacionado num contexto de concentração de ajuda e recursos escassos. | Camões, IP (DPC) | Aceite, parcialmente | O IPAD/futuro Camões I.P. considera a segurança alimentar uma prioridade para o país, mas, por razões de carácter orçamental e de concentração sectorial, não deverá ser equacionado o seu apoio. No entanto, o IPAD/futuro Camões I.P. considera importante a continuação deste programa. Sob pena de se perder o investimento já realizado. Poderá ser equacionado a possibilidade de uma candidatura à dos Atores não Estatais da UE específica para este país. | Esta recomendação não está no âmbito das áreas de concentração setorial do PIC. A sua concretização dependerá de instruções superiores e dos pedidos das autoridades santomenses. |
| 21. Pela importância de que se reveste no quadro da Boa Governação e Estado de direito, a Cooperação Portuguesa deverá repensar com S. Tomé e Príncipe formas de dinamizar a cooperação no sector da Justiça . | Camões, IP (DPC) | Aceite | O sector da justiça sempre foi uma área de intervenção da CP em STP. No entanto, sofreu um grande abrandamento em virtude de STP ter demorado muito tempo a “adotar” a legislação produzida com o apoio da CP. Este facto, associado à falta de | Foi feita uma análise do setor e do apoio concedido que foi partilhado com o M. Justiça tendo em vista uma dinamização sustentada da cooperação no setor. |
| | Autoridades santomenses | - | - | - |
| | Autoridades santomenses | - | - | - |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---|----------------------------------|----------------------------------|---|--|
| | | | <p>disponibilidade financeira quer da parte do IPAD quer do Ministério da Justiça e ao reforço de outras áreas de cooperação, fez com que a cooperação fosse menos intensa.</p> <p>Devido a restrições orçamentais terá que se pensar noutras formas de dinamização do sector, que poderão passar por assistência técnica portuguesa financiada por outros doadores. Assim, deverá haver mais troca de informação quer com as estruturas no terreno (Embaixada e UCA), quer entre o IPAD e MJ no sentido de se encontrar formas de dinamizar mais o sector.</p> | |
| | Ministério da Justiça | - | - | - |
| | Autoridades santomenses | - | - | - |
| 22. Melhorar a recolha de informação sobre a empregabilidade dos formandos, na intervenção de “ Budo-Budo ”. | IEFP | - | - | - |
| | Autoridades santomenses | - | - | - |
| 23. Refletir sobre o número de áreas a apoiar na intervenção “ PICATFin ”, dados os recursos escassos e em função das prioridades santomenses. | Ministério das Finanças (GPEARI) | Aceite | - | <p>O PICATFin 2008-2011 foi desenhado em função das prioridades identificadas pelas autoridades santomenses.</p> <p>Ainda assim, concordamos com a necessidade de se refletir sobre o número de áreas a apoiar através deste</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶ | ACEITE OU REJEITADA ⁷ | JUSTIFICAÇÃO ⁸ | SEGUIMENTO ⁹ |
|---------------|----------------------------------|----------------------------------|---------------------------|---|
| | | | | <p>programa, dados os escassos recursos e a necessidade de se concentrar o apoio em domínios críticos para o MF-STP.</p> <p>Assim, caso as autoridades santomenses venham a manifestar interesse na continuação da cooperação na área das finanças públicas, o novo PICATFin deverá concentrar-se em tais domínios.</p> |
| | Autoridades santomenses | - | - | - |

Anexo 3 – Ficha de Seguimento da Avaliação Conjunta do PIC de Cabo Verde (2008-2011)

Abril de 2013

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|---|---|
| A. NÍVEL ESTRATÉGICO | | | | |
| 1. No próximo Programa de Cooperação com Cabo Verde deve haver uma alteração qualitativa, no sentido de uma programação com objetivos e indicadores de <i>outcome</i> , devendo ser definidas metas a alcançar. | Camões, IP (DSC) | Aceite | DCG: deverá ser elaborada uma matriz de acompanhamento do PIC com indicadores e metas concretas, que envolva todas as unidades do Camões I.P. | Foi criado um grupo de trabalho interno que se encontra a elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações. Uma vez estabilizada internamente, a matriz será posteriormente levada à consulta dos ministérios setoriais. |
| | DNAPEC | - | - | - |
| 2. A programação deve continuar numa base plurianual, alinhada com o documento de estratégia de Cabo Verde. | Camões, IP (DSC) | Aceite | DCG: tendo em vista promover a previsibilidade da ajuda, dever-se-á manter no PIC uma programação financeira plurianual. | O PIC mantém o seu caráter plurianual, com montantes plurianuais (indicativos) para o seu período de vigência. |
| | DNAPC | - | - | - |
| 3. Encontrar uma forma de reduzir a dispersão, no sentido de aumentar a eficácia do apoio ao desenvolvimento. | Camões, IP (DSC) | Aceite | DCG: com o objetivo de promover uma concentração sectorial foram indicados dois programas bandeira no novo PIC, com vista a | Dois Programas Bandeira incluídos no PIC 2012-2015: Cooperação Técnico-Policia e da Educação. |

¹⁰ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

¹¹ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

¹² No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

¹³ Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|--|---------------------------------------|-----------------------------------|--|---|
| | | | potencializar a relação custo-benefício. | |
| | DNAPEC | - | - | - |
| 4. Reforçar a liderança do IPAD na coordenação da cooperação em todas as suas fases, a qual passa necessariamente por: (i) criar um sistema de informação; (ii) fortalecer o papel dos serviços de cooperação no terreno ao nível da capacidade de decisão; e (iii) revitalizar a CIC e o Fórum da Cooperação colocando-os ao serviço da eficácia do desenvolvimento. | Tutela portuguesa | - | - | - |
| | Camões, IP (DSC) | - | - | Criadas tabelas dinâmicas. Iniciados os trabalhos do SIICP. Realizada reunião do Fórum da Cooperação. |
| 5. No processo de elaboração do próximo Programa deve haver um envolvimento mais ativo e atempado dos diversos atores da Cooperação Portuguesa | Camões, IP (DSC) | Aceite | DCG: sob coordenação do GSENEC, foram pedidos contributos aos ministérios sectoriais para a elaboração do PIC. | As consultas com os diversos atores relativamente ao novo PIC foram desenvolvidas pelo GSENEC. |
| 6. Na Cimeira luso-cabo-verdiana, que irá ter lugar em 2012, o futuro da cooperação deve ser pensado estrategicamente, tendo por base o novo PIC, no sentido de explorar novas áreas e conteúdos tendo em atenção o pilar da cooperação empresarial. | Tutela portuguesa | - | - | - |
| | Camões, IP (DSC) | - | - | DPC: Nova estratégia prevista; p.ex. projeto Mundu Novu |
| | MIREX | - | - | - |
| 7. A DNAPEC deve aprofundar a articulação com todos os sectores, devendo promover reuniões regulares de articulação entre instituições e afinar a comunicação na implementação das intervenções. | DNAPEC/MIREX | - | - | - |
| | Ministérios sectoriais cabo-verdianos | - | - | - |
| 8. Cabo Verde deve exercer uma verdadeira liderança na coordenação da Ajuda dos diversos parceiros. | MIREX | - | - | - |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|--|---|
| B. NÍVEL OPERACIONAL | | | | |
| <p>9. O sistema de acompanhamento conjunto (Portugal e Cabo Verde) do novo Programa deve ser revisto, devendo a coordenação assumir um papel central. Realizar um encontro anual entre a DNAPEC e o IPAD com o objetivo de fazer o balanço da cooperação desenvolvida e programas o período seguinte.</p> | Camões, IP (DSC) | Aceite | DCG: reforçar a preparação da revisão anual do PIC com as autoridades cabo-verdianas. | <p>A fim de operacionalizar a Comissão de acompanhamento do PIC foi enviada comunicação para CV informando acerca da composição, pela parte PT, dos elementos que participarão na mesma.</p> <p>Encontro com DNAPEC teve lugar em maio.</p> |
| | DNAPEC/MIREX | - | - | - |
| <p>10. Durante o novo ciclo de cooperação devem ser realizadas reuniões sectoriais com os diversos atores da Cooperação Portuguesa para promover uma maior articulação e dar coerência a todo o apoio. Nesta matéria assumem particular destaque os sectores da educação (ensino superior) e da segurança.</p> | Camões, IP (DSC) | Aceite | DCG: promover encontros regulares com os principais atores da cooperação portuguesa. | <p>As reuniões que tiverem lugar entre o ex-IPAD e os ministérios setoriais, ou outros intervenientes, tiveram lugar ao nível da divisão de projetos (DAB).</p> <p>Foram promovidas reuniões setoriais.</p> |
| | Camões, IP (DSLCL) | Aceite | Reforçar a articulação entre os diferentes atores a funcionar na área da educação e cultura, através de mecanismos de programação e monitorização que levem à obtenção de procedimentos e resultados conjuntos. Os recursos devem ser direcionados para áreas/domínios definidas (os) como “problemas” a resolver. | Os programas desenvolvidos na área do ensino superior em CV são acompanhados e monitorizados pelo Responsável do Departamento de Português da UCv e pela DSLCL/DCEPE que, nesta data, são os dois intervenientes diretos nesta área. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---------------|------------------------------------|-----------------------------------|---|--|
| | MAI/DGAI | Aceite | <p>A DGAI/MAI entende que faz todo o sentido haver uma maior articulação entre o executor e o financiador nacional, a fim de clarificar a razão da necessidade de incluir algumas ações específicas ou complementares, única forma de dar coerência à cooperação técnico-policial. Por exemplo, as ações de formação têm de ser complementadas com o fornecimento de equipamentos, caso contrário a implementação prática estará comprometida. Esta questão é sobretudo válida para países como São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, bem como para Cabo Verde e Moçambique.</p> | <p>A única reunião que houve foi já no corrente ano, mas não foi para tratar matérias com os objetivos subjacentes às ideias que estão no cerne deste ponto.</p> <p>A referida reunião, convocada pelo Camões, tinha por objetivo recolher os pontos de situação dos programas de cooperação a executar nos vários ministérios envolvidos em atividades de cooperação com o Camões, a fim de habilitar o Camões para uma reunião, presumimos que de avaliação interna.</p> <p>CONTINUAMOS A ACHAR SER DE ENORME IMPORTÂNCIA A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES CONJUNTAS PROPOSTAS NESTE PONTO. O ESCRITO NA COLUNA “EXPLICAÇÃO” CONTINUA ATUAL. QUANTO MAIS INFORMAÇÃO ESTIVER DISPONÍVEL ENTRE AMBAS AS PARTES, MAIOR É A GARANTIA DE SE OBTEREM RESULTADOS DE MAIOR AMPLITUDE E ALCANCE.</p> |
| | Ministérios sectoriais portugueses | - | - | - |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--|--|
| <p>11. A articulação entre a sede e o terreno deve ser melhorada e agilizada. Por exemplo, os documentos estratégicos e orientadores devem ser atempadamente divulgados e os serviços de cooperação junto da Embaixada devem ter acesso à intranet e às pastas partilhadas do IPAD. A partilha de experiências (reunião anual) entre os Adidos da Cooperação e o IPAD assume igualmente grande importância.</p> | Camões, IP (DSC) | Aceite | Dependerá das orientações da nova Direção. | Foram já realizadas duas reuniões com Adido e assegurada a coordenação via email e outras vias de comunicação. |
| <p>12. Os esforços da cooperação portuguesa, na área do ensino/língua portuguesa devem ter subjacente o envolvimento das autoridades cabo-verdianas, sob pena de não produzirem os efeitos esperados.</p> | Autoridades cabo-verdianas | - | - | - |
| <p>13. Procurar reduzir a mobilidade de quadros para que o apoio ao desenvolvimento de capacidades produza os efeitos desejados. Por exemplo, é necessário fixar quadros na DGES para que a mesma possa desempenhar as suas funções.</p> | Autoridades cabo-verdianas | - | - | - |
| <p>14. Face à escassez de recursos, os projetos futuros devem ser definidos com metas precisas a alcançar.</p> | Camões, IP (DSC) | Aceite | <p>DCG: as metas devem estar incluídas na futura matriz de acompanhamento.</p> <p>CGI: Rever o formulário “Apresentação de propostas de PPA de cooperação”, exigindo não só a definição de Indicadores relevantes, mas também a indicação das metas que se desejam atingir, sem as quais as propostas não poderão ser aceites.</p> | <p>Foi criado um grupo de trabalho interno que se encontra a elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações.</p> <p>Foram introduzidas metas e indicadores nos Protocolos em curso.</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---|---------------------------------------|-----------------------------------|---|--|
| | Camões, IP (DSL) | Aceite | Uniformizar a definição de indicadores para as intervenções que são de reporte em sede de protocolos e melhorar o enfoque baseado nos resultados. | Este objetivo continua a estar assegurado. |
| | MAI/DGAI | Rejeitada | Os projetos de cooperação técnico-policiais desenhados e implementados têm sempre definidas as metas a alcançar. | Este objetivo continua a estar assegurado. |
| | Ministérios sectoriais portugueses | - | - | - |
| 15. Os ministérios sectoriais cabo-verdianos devem, no início de cada ano, enviar à DNAPEC a calendarização das atividades de cooperação e, no final do ano, um relatório sobre a execução, para que a DNAPEC possa exercer convenientemente as suas funções de coordenação. | Ministérios sectoriais cabo-verdianos | - | - | - |
| 16. Nas intervenções que utilizam os sistemas nacionais, devem ser agilizados os mecanismos de gestão e prestação de contas. | Autoridades cabo-verdianas | - | - | - |
| C. ÁREAS DE INTERVENÇÃO | | | | |
| 17. Portugal deve continuar a apoiar os sectores/áreas em que tem mais-valias: (i) capacitação institucional (agiliza a Administração, a qual agiliza a Economia), (ii) Ensino/formação. | Camões, IP (DSC) | Aceite | DCG: princípio refletido no novo PIC. | O Princípio da concentração setorial encontra-se refletido no novo PIC e nos projetos Bandeira. |
| | Camões, IP (DSL) | Aceite | O Camões, I.P., continuará a apoiar os projetos que tem vindo a desenvolver na área do ensino. | Este objetivo continua a estar assegurado. Mantém-se a presença na Universidade de Cabo Verde e na Licenciatura em Estudos Cabo- |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|--|--|-----------------------------------|---|---|
| | | | | <p>Verdianos e Portugueses bem como em outras graduações de outras áreas onde o Português/Práticas de Comunicação em <i>Cursos Curriculares Opcionais de Língua e Cultura Portuguesas e Culturas da CPLP</i> se insere como disciplina curricular.</p> <p>Têm sido realizadas ações de Formação em TIC com os seguintes temas: <i>As Tecnologias Interativas na Transformação do Ensino Aprendizagens e As Tecnologias Interativas no Desenvolvimento Profissional e nas Dinâmicas de Reuniões.</i></p> |
| <p>18. Melhorar a articulação das intervenções de desenvolvimento de capacidades, de modo a que sejam implementadas no momento mais adequado, e optar por formação <i>on-job</i>.</p> | <p>Ministério sectoriais portugueses</p> | <p>-</p> | <p>-</p> | <p>-</p> |
| | <p>MAI/DGAI</p> | <p>Aceite</p> | <p>Esta prática já é seguida pelas Forças e Serviços de Segurança (FSS) do MAI. Todas as assessorias técnicas seguem este formato e algumas das ações de formação seguem também o mesmo modelo.</p> <p>Não obstante, existem formações técnicas que têm de seguir o modelo clássico de formação em sala, podendo ser-lhes acrescentada uma componente de acompanhamento no posto de trabalho na fase inicial, pós formação.</p> | <p>Mantendo-se o exposto em “EXPLICAÇÃO” é objetivo da DGAI e das FSS assegurar cada vez mais a formação <i>on-job</i> e a formação de formadores de modo a assegurar uma evolução mais rápida na capacitação e autonomização das entidades destinatárias.</p> <p>No âmbito do PIC 2012-1015, o PCTP 2012 com Cabo Verde incluiu a aquisição de alguns equipamentos que vieram abrir novos horizontes na cooperação com Cabo Verde, nomeadamente por permitirem</p> |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---------------|-----------------------------------|-----------------------------------|---|--|
| | | | | <p>autonomização relativamente à dependência externa e responderem de imediato às necessidades internas. Exemplo disso são a equipagem de um Gabinete de Psicologia para a área de recrutamento de RH – exames psicotécnicos, entrevistas de admissão, etc.; Equipamento de fiscalização rodoviária (todo o equipamento ligado ao suporte de ações de fiscalização de viaturas e de condutores, para várias ilhas e respetiva formação. Esta formação permite habilitar elementos cabo-verdianos como formadores.</p> <p>Um outro contributo importante numa área tão essencial como as fronteiras, num país com forte exposição de fronteiras externas é a criação de uma Unidade de Análise de Risco com o respetivo hard e software desenvolvido pelo SEF. Esta análise de risco permite tratar automaticamente todas as incidências nas fronteiras e analisar estratégias de resposta às mesmas. Este são alguns exemplos.</p> |
| | Camões, IP (DSLCL) | Aceite | Na área do ensino, o enfoque do Camões, I.P., é o de apoiar a formação contínua de professores. | Encontra-se em funcionamento um Programa de Formação de Monitores de Língua Portuguesa na Cidade da Praia. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---|------------------------------------|-----------------------------------|---|---|
| <p>19. A realização de determinadas ações de formação e assessorias técnicas pressupõe a disponibilidade de equipamentos. Nestes casos, deve ser assegurado pelo respetivo programa de cooperação o orçamento necessário para a sua aquisição e disponibilização aos seus destinatários.</p> | Camões, IP (DSC) | Parcialmente aceite | CGI: Embora essa seja uma responsabilidade dos promotores dos PPA, o IPAD deverá ter esse aspeto em consideração na análise dos referidos PPA. Caso não haja disponibilidade orçamental para a totalidade das atividades propostas, o(s) promotor(es) devem proceder ao devido ajustamento, tendo o cuidado de manter as necessárias relações entre ações de capacitação e meios materiais que estas requeiram. | DAB: os PPA têm de comprovar a sua viabilidade. |
| | MAI/DGAI | Aceite | O MAI já o vem fazendo, pois é a única maneira de assegurar a implementação das assessorias e ações de formação. A DGAI vem sistematicamente alertando o IPAD para o facto da importância dos equipamentos complementares, sobretudo de forma generalizada para STP e GB e com avaliação no caso de CV e MZ. | Como já referido anteriormente, o Camões passou a demonstrar maior abertura no que respeita a disponibilização de equipamentos. Também o MAI/FSS têm vindo a fazer esforços na disponibilização de determinados equipamentos através de doação, ficando apenas o custo de transporte a cargo do PCTP. |
| | Ministérios sectoriais portugueses | - | - | - |
| <p>20. Incluir a gestão de risco nos documentos de projeto</p> | Camões, IP (DSC) | Aceite | CGI: Rever formulário “Apresentação de propostas de PPA de cooperação”, de modo a incluir esta questão | DAB: a gestão do risco foi introduzida nos documentos de apresentação e de análise dos projetos. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---|------------------------------------|-----------------------------------|---|---|
| | Camões, IP (DSC) | Aceite | - | - |
| | MAI/DGAI | Aceite | Embora Cabo Verde possa ser incluído no lote de países que melhor têm reagido à situação de fragilidade em que se encontrava, continua a existir forte dependência do apoio internacional e, como tal, merecedor de uma avaliação de risco rigorosa e coerente. | O fator de risco em Cabo Verde tem vindo a diminuir, muito pelo mérito cabo-verdiano, país que conquistou o reconhecimento internacional pelo rigor das execuções orçamentais e dos programas de ajuda internacional. Como país com limitações de desenvolvimento económico no setor produtivo para exportação, CV continuará a depender no médio prazo da ajuda internacional. As tentativas das organizações de tráfico de seres humanos e do tráfico de estupefacientes utilizarem CV como plataforma de passagem, fazem com que a cooperação portuguesa nestas áreas continue a ser fundamental. |
| | Ministérios sectoriais portugueses | - | - | - |
| 21. O Cluster, sendo uma modalidade de Ajuda com muitas potencialidades, a manter-se, deve ser revisto ao nível da sua gestão, coordenação e financiamento. | Camões, IP (DSC) | Aceite? | DCG: ainda não há orientações superiores quanto à permanência (ou não) do cluster no próximo PIC. CGI: A manter-se o Cluster, proceder-se-á, em conjunto com as autoridades cabo-verdianas, à revisão da sua gestão, coordenação | O PIC 2012-2015 não tem cluster de acordo com as orientações do GSENEC. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|---|--|
| | | | e financiamento. | |
| 22. Agilizar as linhas de crédito, colmatando as ineficiências muito ligadas aos aspetos burocráticos. | PT | - | - | - |
| | CV | - | - | - |
| 23. O futuro PICATFin deverá ter em atenção o Plano de ação da reforma das finanças, (no quadro do PEMFAR) no sentido de identificar as áreas prioritárias de intervenção. | MFAP/GPEARl | - | - | - |
| 24. No quadro do PICATFin, em face das expectativas criadas, deverá ser divulgado o relatório da autoavaliação realizada em 2010. | MFAP/GPEARl | - | - | - |
| 25. No sector da Justiça, agilizar os processos para que a implementação das ações se inicie no início de cada ano. | Ministério da Justiça PT | Aceite | A DGPJ concorda com a recomendação, ainda que, deva salientar haver por parte de todas as entidades do Ministério da Justiça grande disponibilidade para a execução atempada das ações. Bastas vezes o seu início tardio não se deve a causas nacionais. | - |
| 26. No sector da Segurança, desenvolver uma visão integrada com uma abordagem coerente do apoio, que inclua todos os atores envolvidos e promova sinergias, otimizando a relação custo/benefício. | Camões, IP (DSC) | Aceite | CGI: Promover reuniões entre atores envolvidos prévias à apresentação das respetivas propostas de PPA, para concertação das ações e promoção de possíveis sinergias; Promover reuniões de acompanhamento entre atores envolvidos, para partilha de experiências e ajustamentos de percurso. | DAB: Foram promovidas reuniões de coordenação. |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---------------|-----------------------------------|-----------------------------------|---|--|
| | MAI/DGAI | Parcialmente aceite | <p>Na parte que respeita à promoção de sinergias, de modo a otimizar a relação custo/benefício e uma visão integrada dos programas de apoio, a DGAI/MAI reconhece a importância da cooperação tripartida na área técnico-policial. As altas taxas de execução e o reconhecimento dos países destinatários é exemplo disso mesmo. A redução de custos que anualmente tem vindo a ser conseguida, graças a execuções financeiras rigorosas nos anos imediatamente anteriores, tem permitido manter um elevado número de ações, apesar dos cortes orçamentais que a cooperação técnico-policial vem sofrendo.</p> <p>Na parte que respeita a elaboração dos programas, na medida em que se tratam de matérias técnicas muito específicas que apenas as FSS portuguesas e as destinatárias podem definir.</p> | <p>A cooperação tripartida continua a ser a base obrigatória na elaboração dos PCTP. As demandas e as necessidades dos destinatários continuam também a ser o ponto de partida para a programação dos planos e execução das ações, assessorias e eventual disponibilização de equipamentos.</p> <p>De realçar que, no ano de 2012, na execução do PCTP os 3 processos de aquisição de equipamentos ficaram sob a responsabilidade do MAI-CV e foram um êxito, tendo decorrido sem qualquer incidente e num prazo assinalável. Certamente que este facto também serviu para um sentimento de maior participação e de responsabilização da parte das autoridades CV.</p> <p>Já em 2013 realizou-se uma ação com uma nova situação. A ação decorreu na Praia e no Mindelo, tendo o MAI-CV assumido as despesas das passagens aéreas para o Mindelo (os formadores regressaram para Portugal diretamente do Mindelo) e o alojamento dos formadores do SEF.</p> |
| | MJ | Aceite | Decorre dos objetivos operacionais do Plano de Atividades da DGPJ | - |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|---|---|
| | MDN | - | - | - |
| | DNAPEC | - | - | - |
| <p>27. Repensar o apoio na área do Ensino Superior, definindo uma estratégia de intervenção coerente e articulada, que promova a sua eficácia global. Repensar os mecanismos de operacionalização dessa estratégia, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade de docentes. Nas bolsas de licenciatura centrar o apoio em áreas prioritárias e não existentes em Cabo Verde (Saúde, Engenharias). Nas bolsas de pós-graduação centrar o apoio no reforço e capacitação do corpo docente do ensino superior de Cabo Verde.</p> | Camões, IP (DSC) | Aceite | <p>DCG: Depende de instruções superiores.</p> <p>CGI: Proceder-se-á, em conjunto com as autoridades cabo-verdianas, à definição de uma estratégia de intervenção integrada, bem como dos mecanismos de operacionalização da mesma. Quanto à atribuição de bolsas, apenas se verifica já nos níveis de mestrado e doutoramento e em áreas consideradas prioritárias pelas autoridades cabo-verdianas</p> | <p>DPC: Foi feita a análise estratégica da política de bolsas, tendo sido adotada uma nova abordagem das bolsas e AT ao ensino superior.</p> <p>De acordo com elementos da DPRH (Bolsas) das bolsas destinadas ao ensino universitário e politécnico, para o ano letivo 2012-2013, 23% foram destinadas à área da Educação (mestrados).</p> |
| | Camões, IP (DSL) | Aceite | Área considerada prioritária pelas autoridades atendendo à inexistência desta formação em CV: atribuição de bolsas na área da pós-graduação em ensino do português língua segunda, língua estrangeira. | De acordo com informação DCEPE/Bolsas, foi atribuída 1 bolsa de investigação para apoio a Mestrado em Didática de Português, Língua Segunda Língua Estrangeira (PLE) |
| | Autoridades cabo-verdianas | - | - | - |
| <p>28. No apoio ao Desenvolvimento Sociocomunitário, as autoridades cabo-verdianas devem assumir maior responsabilização na gestão e acompanhamento dos projetos.</p> | MSSS português | - | - | - |
| | Parceiros cabo-verdianos | - | - | - |

| RECOMENDAÇÕES | SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹⁰ | ACEITE OU REJEITADA ¹¹ | EXPLICAÇÃO ¹² | SEGUIMENTO ¹³ |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|--|--------------------------|
| <p>29. Intensificar as atividades de capacitação institucional ao MSS cabo-verdiano, por ter sido identificada pelos parceiros cabo-verdianos como uma área a necessitar de apoio.</p> | MSSS | - | - | - |
| <p>30. Rever o Programa de Cooperação no domínio do emprego e da formação profissional, com o objetivo de apoiar o IIEFP-CV e a sua rede de Centros de Emprego e Formação Profissional, na capacitação para o desenvolvimento das suas funções de Serviço Público de Emprego e adotar uma abordagem sectorial integrada.</p> | MEE português/IIEFP | Aceite | O Conselho Diretivo do IIEFP deliberou concordar com a revisão do Programa de Cooperação entre o IIEFP e o IIEFP-CV, no domínio do emprego e da formação profissional, tendo obtido igualmente concordância por parte de Sua Ex. ^ª o Secretário de Estado do Emprego. | - |
| <p>31. Manter a presença no apoio ao orçamento.</p> | Tutela portuguesa | - | - | - |